



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Curso de Graduação em Pedagogia

**Espaços Não Escolares de Atuação do Pedagogo: Experiência na
Promotoria de Justiça de Defesa da Educação**

Marysa Santos de Abreu

Brasília - DF
2015



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Curso de Graduação em Pedagogia

MARYSA SANTOS DE ABREU

Espaços Não Escolares de Atuação do Pedagogo: Experiência na Promotoria de Justiça de Defesa da Educação

Monografia submetida à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob orientação da Prof^a Dr^a Sônia Marise Salles Carvalho.

Brasília – DF
2015

Monografia submetida ao corpo docente da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Banca examinadora:

Profesora Dr^a. Sônia Marise Salles Carvalho
Orientadora
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professor Dr. José Luiz Villar Mella
Examinador
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professor Dr. Paulo Sérgio de Andrade Bareicha
Examinador
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

*Dedico às pessoas que veem na educação
uma esperança para mudar o mundo!*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida.

Ao meu esposo, Osmar, pelo carinho, paciência, apoio e compreensão em todos os dias dedicados à graduação.

Aos meus pais, Edna e João, por todos os conhecimentos e sabedoria que me proporcionaram ao longo da vida.

À minha irmã, Mariany, por contribuir na construção deste trabalho, debatendo e compartilhando conhecimentos.

À minha amiga Adriana, que gentilmente colaborou para a concretização deste estudo.

Aos amigos da PROEDUC, pelos momentos ricos vivenciados no período de estágio.

Aos muitos mestres, que instigaram um novo olhar sobre a vida.

Agradeço também a professora Sônia Marise, que contribuiu de forma valiosa para a elaboração deste estudo e por atender com tanto carinho os estudantes da Faculdade de Educação.

*“Não sei se a vida é curta ou longa demais para nós,
mas sei que nada do que vivemos tem sentido,
se não tocarmos o coração das pessoas”.*

Cora Coralina

Resumo

Este relato de experiência registra uma prática pedagógica na Promotoria de Justiça de Defesa da Educação no período compreendido entre 2013 a 2015, o que possibilitou uma reflexão acerca dos diferentes espaços de atuação do pedagogo. O currículo de Pedagogia da Faculdade de Educação na Universidade de Brasília promove a formação do pedagogo em ambientes de aprendizagem escolar e não escolar: sala de aula, hospitais, organizações não governamentais, instituições privadas e até mesmo em órgãos jurídicos, sendo este último, o ensejo para reflexão da práxis pedagógica no presente estudo. Para tanto, parte de uma análise acerca do processo histórico do curso de Pedagogia no Brasil, expondo as várias mudanças ocorridas ao longo do tempo; perpassa pelas Diretrizes Curriculares e por uma análise da formação do pedagogo na Universidade de Brasília, por meio do Projeto Político Pedagógico. Para análise dos dados foi realizada leitura de documentos, reflexões da prática pedagógica e entrevista com professores responsáveis por formação não escolar dos estudantes de pedagogia na Faculdade de Educação.

Palavras-chave: Pedagogia; Formação; Promotoria de Justiça de Defesa da Educação.

Sumário

Apresentação	9
Parte I	10
Memorial Acadêmico	11
Parte II	18
Capítulo 1 - O Curso de Pedagogia	19
1.1 Notas sobre a Pedagogia.....	19
1.2 A Trajetória do curso de Pedagogia no Brasil.....	21
1.3 As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia	28
1.4 O Curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília	34
Capítulo 2 – Relato de Experiência	45
2.1 Espaços Não Formais: Possibilidades de Atuação do Pedagogo	45
2.2 Reflexões sobre a importância do pedagogo para a Promotoria de Justiça de Defesa da Educação.....	50
Considerações Finais	53
Parte III	55
Perspectiva de Atuação Profissional.....	56
Referências	57

Apresentação

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, o qual foi desenvolvido sob orientação da Professora Dr.^a Sônia Marise Salles Carvalho. Composto por três partes foi concebido com o objetivo de refletir sobre a formação do pedagogo no curso de Pedagogia, especialmente em ambientes de aprendizagem não escolares e refletir sobre a importância do pedagogo para a Promotoria de Justiça de Defesa de Educação (PROEDUC), instituição pertencente ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

A primeira parte do trabalho é destinada ao memorial, momento em que relato a minha trajetória escolar, desde o primeiro dia de aula até a imersão no mundo da universidade. O relato também perpassa o campo de Projetos previsto no currículo do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, onde o projeto quatro teve maior importância, tendo em vista que me preparei para a realização deste trabalho.

A segunda parte é composta pelo arcabouço teórico adquirido a partir de pesquisa bibliográfica sobre o curso de Pedagogia, o que trouxe subsídios para refletir sobre sua estrutura curricular. Nessa parte é apresentado um estudo sobre a formação do Pedagogo, além de descrever minha experiência como estagiária na PROEDUC e a relação com as diversas áreas de atuação do graduado em pedagogia, desmistificando o fato de que este profissional é preparado para ter apenas a instituição escolar como locus de trabalho.

O terceiro e último Capítulo se refere às minhas expectativas profissionais em torno do meu futuro como pedagoga, os sonhos que pretendo realizar e de que forma a minha formação acadêmica poderá possibilitar a realização destes sonhos.

Parte I – Memorial Acadêmico

Memorial Acadêmico

Este Memorial tem como objetivo relatar momentos vivenciados em meu percurso escolar. Assim, começo pelo começo: minha chegada à escola.

Quatro anos de idade, mochila nas costas, uniforme vestido, lancheira pronta, cabelos arrumados e a criança está pronta para ir à escola, naquela época, para o Jardim de Infância. Assim acontecia geralmente em meio às famílias tradicionais, mas comigo foi diferente. O meu processo de aprendizagem escolar não se iniciou em uma intuição formal de ensino como acontece com a maioria das pessoas. Aos três, quatro, cinco, seis anos de idade eu era apenas uma criança que tinha como obrigação, além de obedecer meus pais, brincar. Minhas brincadeiras não eram como as de hoje em dia, eram brincadeiras de criança, de rua: pique-esconde, pega-pega, amarelinha, pular corda, entre tantas outras que me permitiam sentir livre dentro do meu mundo de criança. Por volta dos cinco anos de idade meu pai começou a inserir pequenas atividades escolares no meu dia a dia. Eram linhas pontilhadas feitas por ele mesmo para que eu as interligasse, com a intenção de começar o meu desenvolvimento escolar. Só para constar, meu pai não era professor, tinha apenas o ensino médio completo, mas em sua compreensão, o mais importante para seus filhos era o estudo.

Aos seis anos de idade meus pais decidiram me matricular em aulas de alfabetização particular, as quais aconteciam na casa de uma professora, que além de alfabetizar, oferecia aulas de reforço. Eu gostava das aulas e também da professora. Foram naquelas aulas que conheci as letras e os números, aprendi a ler e a escrever, processo que durou cerca de aproximadamente quatro meses, segundo o relato dos meus pais. Nessa época, mesmo com as aulas de alfabetização, eu não tinha ideia de como era estar em uma sala de aula, mas também não me preocupava com isso. Acredito que optar pelas aulas de alfabetização foi uma boa escolha, pois comecei a primeira série já sabendo ler e escrever. Hoje percebo o quão importante é para a sociedade ter o domínio da escrita. Se apropriar da escrita é algo fundamental para o ser humano, nos torna pertencente à sociedade e nos liberta para o aprendizado de novos saberes, “escrever é, entre outras coisas, sempre uma maneira de compreender a nós mesmos. Só compreendemos nossos próprios sentimentos e nossas próprias ideias escrevendo-as” (Mills, 2009, p. 94).

Aos sete anos de idade, fui matriculada na primeira série em uma escola pública que se localizava próxima a minha casa, a Escola Classe 06 de Brazlândia. Esse foi o meu primeiro contato com a escola. Nos primeiros dias de aula estive como uma criança assustada e com uma sensação de ser um peixinho fora d'água, mas para o meu alívio, logo começaram as amizades com as outras crianças e com a professora. Por ter aprendido muitas coisas nas minhas aulas de alfabetização, não tive muitas dificuldades em aprender o que a professora ensinava, pelo contrário, após um tempo, assim que terminava minhas atividades em sala, e ao perceber o meu bom desempenho, a professora solicitava que eu ajudasse outras crianças que estavam com mais dificuldade para concluir as tarefas. Talvez foi aí que começou a minha inclinação para ser educadora, pois eu me sentia muito feliz em poder contribuir na aprendizagem de outro aluno.

Nos anos subsequentes continuei minha trajetória pelas escolas públicas, sempre sendo uma boa aluna que tirava boas notas. Nesses anos, muitos foram os momentos marcantes que aconteceram. Lembro-me de cada professor com carinho, pois foram eles que fizeram parte da minha formação, me apresentando novas descobertas, novos caminhos, novas aprendizagens.

Quando adentrei o ensino fundamental anos finais, mudei de escola e fui matriculada no Centro de Ensino Fundamental 01 de Brazlândia. Essa escola era bem diferente do que eu estava acostumada. As disciplinas passaram a ser fragmentadas, um professor para cada disciplina, as avaliações ganharam mais importância, e até o caderno mudou, passou a ser dividido em matérias. Esse contexto escolar me remete ao pensamento de Rubem Alves, que faz uma crítica às escolas que tratam seus alunos como pássaros presos em gaiolas. A cada sino que toca, um pensamento deve ser interrompido para dar lugar a outro, e assim sucessivamente durante todo um período, modelo de ensino que continua sendo utilizado até os dias de hoje. Mas olhando por outro lado, foi um espaço de muitas aprendizagens.

Quando eu cheguei ao CEF 01, a escola passava por um processo de transição. Por alguns anos a instituição de ensino apresentou um alto índice de violência e foi conhecida como a pior escola da cidade, com notas baixíssimas no IDEB. Mas, após uma mudança de gestão e o desenvolvimento de um amplo projeto pedagógico, a escola passou a ser mais segura, melhorou o seu rendimento e deixou de ser campeã em reprovações e evasões. Essa história de superação experienciada pela escola me fez refletir acerca da importância da gestão na efetivação da qualidade de ensino e no desempenho da escola. Com compromisso em busca de uma educação de qualidade, a gestão junto à comunidade escolar pode chegar a

uma transformação social, embasado nos princípios de conscientização, democracia e autonomia. Após todas essas mudanças, a escola elevou seu nível de ensino e passou a ser bem quista por todos.

Em 2007 comecei a trilhar os caminhos do ensino médio. Atualmente essa fase é sempre marcada por responsabilidades e preocupações com provas e vestibulares. Os estudos se intensificam e os alunos começam a ficar confusos tentando se decidir por qual caminho percorrer. Mas também é um período em que as amizades se fortalecem.

Agora eu estava matriculada no Centro de Ensino Educacional 03 de Brazlândia. Mas, ao contrário da maioria dos alunos, eu não estava muito preocupada com os vestibulares. Eu, e nem boa parte dos alunos que estudavam naquela escola. Infelizmente esse era um dos pontos fracos da instituição, os alunos apresentavam baixa expectativa de ingresso em uma universidade, não acreditavam que seriam capazes de chegar lá. Entretanto, não deixei de me inscrever no PAS, no ENEM e no Vestibular da UnB, mesmo sem acreditar na possibilidade de passar na prova. Como em muitas escolas públicas acontecem, durante todo o ensino médio houve o típico problema de falta de professor, o que atrapalhava ainda mais os estudos. Houve disciplina que chegou a ficar meses sem o regente, e por mais que os documentos legais estabelecem que as aulas devam ser repostas, sabemos que dificilmente acontece, e quando acontece, a reposição de aula não é realizada a contento. Além disso, ainda percebi que até mesmo alguns professores não têm boas expectativas acadêmicas e profissionais em relação aos seus alunos, atitude que vai de encontro ao que tenho aprendido no curso de Pedagogia: o professor deve acreditar nas potencialidades dos seus alunos, independente de sua classe social e dos demais fatores.

Enfim, com a aproximação do término do ensino médio, chegou o momento de fazer a escolha do curso. Dentre as possibilidades existentes, optei por Pedagogia por ser o curso com o qual eu mais me identificava. Fiz as provas sem muitas esperanças, mas para a minha surpresa, assim que saiu o resultado uma amiga da escola me informou que eu havia passado na prova do PAS, aliás, não só eu, mas a minha irmã gêmea também havia passado para o curso de Serviço Social. Todos receberam a notícia com surpresa e alegria, afinal, as duas obtiveram êxito na prova. De toda a escola, foram apenas seis alunas que alcançaram um bom resultado e estavam às portas da Universidade de Brasília. O número pode ser pequeno, mas fez um grande estardalhaço na escola e em sua vizinhança, e eu explico o porquê. Ninguém esperava que fosse possível que alunos dessa escola e de famílias de baixa renda, fossem

capazes de ingressar na UnB. Felizmente esse quadro tem mudado e a proporção de universitários com baixo poder aquisitivo tem aumentado, principalmente em razão da expansão da classe média, do aumento de vagas nas universidades e dos programas sociais do governo.

Assim que recebemos a notícia, fomos convidadas pelo CED 03 a participar de um café da manhã com os professores da escola, a conceder uma entrevista para o jornal Correio Brasiliense e ainda fomos convidadas a participar de uma reportagem para o jornal local do SBT. Nas entrevistas ficou clara a nossa história de superação, e por meio dela demonstramos ser possível que alunos de escolas públicas também são capazes de ingressarem em uma Universidade como a UnB, mesmo sem fazer cursinhos pré-vestibulares. Tivemos o objetivo de incentivar os outros estudantes da escola, oriundos também de famílias de baixo poder aquisitivo a sonhar e acreditar que seus sonhos podem se tornar realidade.

Na chegada à UnB, as dificuldades econômicas seriam intransponíveis se não fosse por alguns fatores. Primeiro, o custo da passagem seria de alto valor. Nesse sentido, o passe livre estudantil foi um grande benefício que passou a ser implantado no mesmo ano que iniciei o ensino superior. Segundo, os custos de permanência na Universidade também são altos, considerando o custeio de alimentação, livros, apostilas, etc. Assim, a notícia veiculada nos jornais chamou a atenção de uma professora do departamento de física que coordenava um projeto de extensão em Brazlândia, voltado para crianças de classes populares. Ao ler a notícia do jornal, a professora nos convidou a participar desse projeto e a receber a bolsa permanência da UnB.

A bolsa permanência teve um papel importante na minha trajetória dentro da UnB, pois seu objetivo é garantir a permanência de alunos provenientes de famílias de baixa renda na Universidade. Desse modo, obtive suporte para dar continuidade à minha jornada que estava apenas começando. Além do auxílio financeiro, o ingresso nesse projeto, logo no primeiro semestre me subsumiu no espaço físico da Universidade.

O meu primeiro semestre na UnB foi atípico, a Universidade estava enfrentando uma de suas maiores greves, professores e funcionários técnicos travavam uma intensa batalha em busca de seus direitos. Enquanto isso as atividades do projeto de extensão não pararam. Semanalmente, mais precisamente, toda sexta-feira havia encontros destinados ao planejamento das atividades e à reflexão de assuntos teóricos referentes às ações do projeto. O

projeto se chamava Criança Brazlândia I: A Carta da Terra na Brinquedoteca. A Carta da Terra é uma declaração estabelecendo princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para a conservação ambiental. Existe também a carta da terra para crianças, com os mesmos objetivos, mas com uma linguagem mais acessível para elas. O projeto de extensão foi pensado a partir desse documento e tinha como objetivo realizar atividades lúdicas que propiciassem às crianças ampliar o seu repertório de significações e referências socioculturais, utilizando os princípios da carta da terra em todas as brincadeiras. A atividade era realizada no Núcleo de Extensão da UnB em Brazlândia e tinha como público-alvo crianças de 07 a 12 anos de idade, matriculadas em escolas públicas próximas a região. A brinquedoteca contribuiu substancialmente em minha prática pedagógica. Ao planejar as brincadeiras, divulgar as oficinas nas escolas, ensinar às crianças princípios de conservação ambiental e cultura de paz, foi uma experiência enriquecedora para uma caloura de Pedagogia compreender o fazer pedagógico.

As aulas retornaram, e eu ainda estava tentando me encontrar dentro da Universidade. A essa altura já havia percebido que se tratava de um universo bem diferente do qual eu estava habituada. Logo começaram os trabalhos mais complexos, a leitura de muitos textos e com o tempo eu fui percebendo os pensadores que ganham maiores destaques dentro do curso de Pedagogia, como Paulo Freire, Vigotsky, Dermeval Saviani, Jean Piaget, Emilia Ferreiro e tantos outros que contribuem para a compreensão e apreensão de novos conhecimentos pedagógicos.

Entre os novos colegas do curso uma questão estava sempre presente, o fato das outras pessoas nos parabenizarem pela conquista do ingresso na UnB, mas repudiarem quando eram informados sobre o curso pelo qual optamos. Geralmente as reações são as mesmas: “você gosta de trabalhar com crianças?”, “porque não optou por outro curso?”, “você tem certeza de que quer ser professora?”, enfim, as pessoas sempre associam Pedagogia à sala de aula e à desvalorização da profissão, o que me trazia muitas inquietações. As pessoas desconhecem a importância do pedagogo para a educação na sociedade e desconhecem a diversidade do campo de atuação deste profissional. Acredito que até mesmo os próprios estudantes de Pedagogia só conhecem de fato o curso e os seus caminhos em seu próprio percurso.

No decorrer do curso, sempre procurei realizar disciplinas que me chamavam mais a atenção, de acordo com a disponibilidade da minha grade horária. Nem sempre era possível, pois bem sabemos que a Universidade nos prega algumas peças. Bom, dentre estas disciplinas

estavam as do campo de educação especial e as que, de alguma forma me prepararam para enfrentar diferentes desafios profissionais no futuro.

O curso de Pedagogia na UnB é aberto e em movimento. Isso permite que o estudante tenha autonomia para escolher o percurso em que quer trilhar e se aprofundar na área em que desejar. Assim, na medida em que o tempo foi passando tive que fazer escolhas a partir do campo de Projetos. No Projeto 2 - destinado ao aprofundamento do significado de Pedagogia, do sentido de Ser Pedagogo e pela introdução ao estatuto epistemológico da Educação e da Pedagogia - a professora oportunizou professores de diferentes Projetos se apresentarem nas aulas com o objetivo de facilitar a nossa escolha. Dentre as apresentações que ocorreram a que mais me chamou a atenção por oportunizar uma ação junto à comunidade, foi o Projeto de Economia Solidária, ofertado pela professora Sônia Marise.

Assim minha escolha pelos próximos Projetos foi pelo caminho da economia solidária. O Projeto 3, responsável pela vivência prática do fazer pedagógico em diferentes contextos institucionais, articulando, no processo formativo, as atividades de extensão, pesquisa e ensino; e o Projeto 4, com o fim de realização do estágio, oportunizando a vivência concreta das situações educativas em espaços escolares ou não. Os encontros do Projeto aconteciam aos sábados na Associação Atlética de Santa Maria, organização criada com o intuito de tirar crianças e adolescentes das ruas e evitar possíveis contatos com as drogas e a violência através de atividades esportivas, culturais, de lazer e de cursos profissionalizantes. As ações do Projeto foram embasadas nos princípios da economia solidária e a partir da metodologia pensada por Paulo Freire no que se refere à educação popular. O primeiro passo foi verificar a realidade em que a Associação se encontrava. Após esse momento, buscou-se refletir sobre a realidade observada problematizando a situação para que as ações futuras fossem tomadas, e depois, refletidas novamente, conforme o pensamento de Paulo Freire: ação-reflexão-ação.

A partir desse pensamento, foi realizado então um mutirão de revitalização da Associação junto à comunidade local, com o fim de melhorar o espaço físico da organização, pensar formas de aumentar os recursos financeiros, que eram escassos, conscientizar as pessoas associadas a respeito da importância da participação ativa na gestão da organização. Esse processo não foi fácil, mas as reflexões teóricas nos deram suporte para dar andamento no Projeto e chegar a um resultado final.

No Projeto 4, dedicado à prática pedagógica, realizei estágio em uma escola pública concomitantemente com um estágio remunerado na Promotoria de Justiça de Defesa de Educação – MPDFT. O primeiro me permitiu observar o cotidiano escolar e conhecer a prática docente do pedagogo na escola. Já a partir do segundo, foi possível conhecer uma das esferas menos comuns de atuação do pedagogo, a qual foi a fonte inspiradora para a construção do presente trabalho.

Chegar ao final do curso está sendo um grande desafio, foi preciso superar muitos obstáculos e estar aberta a novas significações. O caminho está sendo regado por dificuldades, mas também com a expectativa de se colher muitos louros após o fim da jornada. Os desafios de fato nunca cessarão, mas a cada superação a vida nos brinda com uma preparação para novas aventuras.

Fazendo uma reflexão sobre toda essa trajetória, percebo como a família, os professores, mestres e pessoas que estão constantemente presentes em nossas vidas, são importantes para a nossa formação pessoal e acadêmica.

**Parte II - Espaços Não Escolares de Atuação do Pedagogo: Experiência na
Promotoria de Justiça de Defesa da Educação**

CAPÍTULO 1: O CURSO DE PEDAGOGIA

O objetivo deste Capítulo é apresentar um breve histórico do curso de Pedagogia no Brasil, bem como seu processo de construção, a fim de que seja compreendido os desafios, as buscas por um estatuto epistemológico do curso ao longo dos anos e como o mesmo vem se caracterizando desde sua criação. A partir disso, será possível ter suporte teórico para compreender o currículo atual do curso e identificar as possibilidades de atuação do pedagogo.

1.1 Notas sobre a Pedagogia

Partindo do pressuposto que toda sociedade educa, há de se considerar que nem todas ensinam, necessariamente. Mas educar não é o mesmo que ensinar? A resposta para esta indagação pode ser obtida com o seguinte pensamento: assim como educar não é a mesma coisa que ensinar, também pedagogia não se confunde com educação. Todavia, “de modo geral tem prevalecido entre nós, no Brasil, uma sobreposição dos conceitos de educação e de pedagogia” (CÓRDOVA, 2005, p. 3), de modo que este pensamento acaba por descaracterizar a pedagogia em seu conceito mais amplo. Por esse motivo, cabe aqui discutir sobre o objeto de estudo da Pedagogia, esclarecendo a diferença entre Pedagogia e Educação.

A Educação sempre esteve inerente à sociedade, que “educa, no sentido em que transmite às novas gerações uma tradição, costumes, maneiras de ver e de fazer. Essa transmissão se faz de modo mais ou menos consciente, de modo informal e anônimo, sem que ninguém tenha sido oficialmente designado para essa tarefa” (GAUTHIER e TARDIF, 2010, p. 477). Córdova (2005, p. 3), ao conceituar educação, diz que “esta é um fenômeno de caráter antropológico e sociológico amplo e difuso, e que a educação acontecendo na espontaneidade do convívio social, faz de todo membro da sociedade um educador.” Dessa forma, entende-se que a educação sempre esteve atrelada à sociedade humana, mesmo que inconscientemente, a partir do convívio social.

Já a Pedagogia, diferentemente da educação, “se refere, antes de mais nada, a uma prática educativa, que se realiza de maneira sistemática, metódica, planejada, avaliada, numa intencionalidade específica” (CÓRDOVA, 2005, p. 3), além disso, “trata-se de um fenômeno

não difuso, mas intencional e sistematizado segundo métodos que orientam essa prática desde a identificação dos educandos, [...] na definição do que se lhes quer ensinar, na ordenação desses conteúdos e ensinar, na definição de seus objetivos” (CÓRDOVA, 2009, p. 3). Libâneo (2001, p. 6) define a Pedagogia como “o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais”.

Apesar dos conceitos apresentados, ainda existem opiniões diversas a respeito do que é Pedagogia, uns acreditam que esta é uma prática, outros acreditam se tratar de uma ciência. Identificar o estatuto epistemológico da Pedagogia não é uma tarefa fácil, mas é um tema discutido por vários autores. Córdova (2009) esclarece que a Pedagogia é uma prática, assim também como é um saber. Na verdade é um saber da prática, saber na prática e saber sobre a prática. Nessa perspectiva vamos considerar neste estudo a educação como o objeto de estudo da Pedagogia, e a Pedagogia como prática educativa e como a ciência da e para a educação, na medida em que produz conhecimento no campo educacional.

A palavra Pedagogia tem origem grega, “ped” deriva de “paidós”, que significa criança e “agogô” que significa “conduzir”. Assim, principalmente na Grécia e em Roma, o termo pedagogia se referia a “conduzir crianças”, onde as crianças eram levadas ao caminho do conhecimento. E ainda hoje, esse termo passou a ter sentido simbólico: “conduzir educandos às aprendizagens”.

Já o ofício de professor foi criado pela primeira vez no Ocidente, sendo os sofistas os primeiros a praticar essa profissão na Grécia. Nessa época eles ainda não tinham a preocupação com a forma de ensinar ou mesmo com a didática. É importante ressaltar que a Didática hoje é um instrumento importante para a Pedagogia, visto que se trata do ensino de cada disciplina e ao conjunto de conhecimentos referentes ao processo de ensinar. A figura da escola, só apareceu na Idade Média, já que antes não havia a necessidade de um espaço formal para o ensino acontecer e ainda não se preocupavam com a Pedagogia:

[...] embora todos esses séculos passados tenham produzido criações essenciais como o ensino, a escola e uma sólida tradição humanista, não se constata ainda uma preocupação pedagógica acarretando uma reflexão avançada, a fim de tornar explícitos saberes pedagógicos precisos. (GAUTHER e TARDIF, 2010, p. 477)

A Pedagogia em seu sentido específico, só apareceu no século XVII, como um método para ensinar, que ordenava e organizava a maneira de dar aula em todos os seus aspectos. Um

dos fatores que contribuiu para tal fato foi a Reforma protestante, com o desenvolvimento da educação popular e com a preocupação da sociedade em cuidar da instrução das crianças. A Contrarreforma também influenciou nesse processo com uma preocupação ainda maior de instruir o povo, considerando que incomodava o fato dos jovens ociosos causarem problemas urbanos e considerando a criação da imprensa, que impulsionou o uso da escrita.

Em consequência desses fatores, houve aumento da procura por escolas, levando à criação de estabelecimentos escolares. Assim, o ensino antes individualizado teve a necessidade de ser repensado, visto que o público se tornou bem maior, se tratava então de ensinar “tudo a todos”, conforme pensou Comenius (GAUTHER e TARDIF, 2010). Nessa época, a educação tinha um fundamento pedagógico religioso, justificativa para que os docentes desse período histórico criassem um método pedagógico em que reinava a ordem. Esse método centrado na disciplina dos alunos, na organização exagerada e nos castigos e recompensas, foi transmitido a outras gerações de docentes, passando a se chamar de pedagogia tradicional, que mais tarde, foi contraposta pela pedagogia nova, tendência de educação que valorizava o desenvolvimento psicológico do aluno e que defendia a escola proclamada para todos. A partir desse movimento de crescimento das escolas, se chegou à universalização dos sistemas de ensino no século XXI, com “sistemas” cada vez mais complexos.

Observa-se desse modo como a Pedagogia foi ganhando espaço ao longo dos anos, levando-se em conta as transformações sociais e a busca por atender as demandas geradas pela sociedade. No século XX, por exemplo, percebeu-se um enriquecimento e uma considerável renovação na Pedagogia, no que diz respeito ao plano teórico, ideológico, antropológico, político e metodológico. Já no século XXI a Pedagogia está sempre se renovando, com novas abordagens, novos desafios e novas reformulações, mas desta vez, com maior aceitação de opiniões divergentes. Ainda, há de se destacar a abertura do campo de atuação do Pedagogo, onde cada vez mais instituições percebem a necessidade de ter pessoas graduadas em Pedagogia em seus quadros de funcionários.

1.2 A Trajetória do Curso de Pedagogia no Brasil

Segundo Franco Cambi (1999), a história da Pedagogia surgiu entre os séculos XVII e XIX e desenvolveu-se no decorrer deste último como pesquisa elaborada por pessoas ligadas

à escola, principalmente pelas entidades voltadas para a educação e por pessoas empenhadas na organização de uma instituição cada vez mais central na sociedade moderna - inicialmente para formar técnicos e para formar cidadãos - preocupadas, portanto, em sublinhar os aspectos mais atuais da educação-instrução e as ideias mestras que haviam guiado seu desenvolvimento histórico.

Para entender melhor como se deu o início do curso de Pedagogia no Brasil, faz-se necessário relatar, mesmo que brevemente, o contexto histórico do país naquele momento. O Brasil entrou na década de 30 marcado por intensas mudanças políticas, econômicas e sociais decorrentes da crise internacional da economia: “O mercado de trabalho estava se tornando cada vez mais exigente, impondo maior escolarização como condição de acesso, levando a população trabalhadora a se organizar e reivindicar mais escolas” (Sokolowski, 2013, p. 83).

No início do século XX ganharam força alguns movimentos que provocaram mudanças na educação, dos quais há de se destacar o Movimento dos Pioneiros da Escola Nova, que buscava entre outras coisas, a renovação do ensino. Os Pioneiros faziam parte dos movimentos sociais de educadores que se engajavam na luta pela criação de Universidades no país, e tiveram papel importante no que se refere à formação de professores, tendo em vista que “a institucionalização de professores para o ensino médio e normal, pelo menos na letra da lei, resultou dos acontecimentos educacionais impulsionados pela reconstrução social, via educação, adotada pelos Pioneiros da Escola Nova” (BRZEZINSKI, 2008, p. 18).

O movimento escolanovista desencadeou uma série de debates a respeito da educação. Entre suas pautas, consolidadas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, buscava-se a universalização do ensino e a formação dos professores, conforme já mencionado. Para Sokolowski (2013), esse grupo de intelectuais entendia que o emergente processo de industrialização necessitava de políticas educacionais que modernizassem a educação. Defendiam eles uma nova Pedagogia que fosse eficaz na formação de cidadãos adequados a esse processo. O caminho para a ampliação do número de escolas e para a universalização do ensino passava, necessariamente, segundo o Manifesto, pela formação e profissionalização dos professores e de técnicos em educação.

Essa época também foi marcada pela Revolução de 30, um evento histórico que também estimulou discussões sobre as mudanças socioeconômicas, políticas e culturais que manifestavam a realidade do país. Em meio a esse contexto de constantes discussões, observa-se quão importante foi a década de 30 para o ensino e para o avanço pedagógico. Até então,

predominavam no Brasil as Escolas Normais, que surgiram em vista da necessidade de formação para professores de séries primárias. “A Escola Normal foi, por quase um século, o lócus formal obrigatório como escola de formação de professores para atuar na escola fundamental, na escola complementar e na própria escola normal” (BRZEZINSK, 2008, p. 19).

Foi nesse cenário conturbado, permeado por mudanças políticas e ideológicas, mais precisamente em 1939 que o curso de Pedagogia foi institucionalizado no Brasil, surgindo com a regulamentação da Faculdade de Filosofia e Letras, a qual tinha como finalidade, dentre outras, a de “preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal e preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de atividade técnicas” (BRZEZINSK, 2008, p. 84).

[...] o Curso de Pedagogia foi criado pelo Decreto-Lei n. 1190, de quatro de abril de 1939, por ocasião da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, parte da Universidade do Brasil – projeto do então Ministro da Educação Gustavo Capanema, no governo de Getúlio Vargas – na qual se transformou a Universidade do Distrito Federal, encerrada no mesmo ano. Foram criadas quatro seções, secção de filosofia, secção de ciências, secção de letras e secção de pedagogia, entre as quais se distribuam os cursos regulares de Filosofia, Matemática, Química, Física, História Natural, Geografia, História, Ciências Sociais, Letras, Pedagogia e Didática. (VIEIRA, 2008, p. 2).

Ao longo de sua história, o curso de Pedagogia teve como objeto de estudo os processos educativos em escolas e em outros ambientes, principalmente a educação de crianças nos anos iniciais de escolarização, como também a gestão educacional. Porém, inicialmente o curso de Pedagogia também tinha a finalidade de formar técnicos educacionais.

De acordo com o parecer CNE/CP 5/2005, nas primeiras propostas para este curso, a ele se atribuiu o “estudo da forma de ensinar”. Regulamentado pela primeira vez, nos termos do Decreto-Lei nº 1190/1939, foi definido como lugar de formação de técnicos em educação. Estes eram, à época, professores primários que realizavam estudos superiores em Pedagogia para, mediante concurso, assumirem funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho dos alunos e dos docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação, no Ministério da Educação, nas secretarias dos estados e dos municípios.

Segundo o supracitado Parecer, a padronização do curso de Pedagogia, em 1939, é decorrente da concepção normativa da época, que alinhava todas as licenciaturas ao

denominado “esquema 3+1”, pelo qual era feita a formação de bacharéis nas diversas áreas das Ciências Humanas, Sociais, Naturais, Letras, Artes, Matemática, Física e Química. Seguindo este esquema, o curso de Pedagogia, oferecia o título de bacharel a quem cursasse três anos de estudos em conteúdos específicos da área, quais sejam fundamentos e teorias educacionais, e o título de licenciado que permitia atuar como professor, aos que, tendo concluído o bacharelado, cursassem mais um ano de estudos, dedicados à Didática e a Prática de Ensino. Dessa forma, o curso de Pedagogia dissociava o campo da ciência Pedagogia, do conteúdo da Didática, abordando-os em cursos distintos e tratando-os separadamente. Aos licenciados em Pedagogia também era concedido o registro para lecionar Matemática, História, Geografia e Estudos Sociais, no primeiro ciclo do ensino secundário.

A partir desse esquema adotado, entendia-se então que as pessoas que concluíssem o bacharelado se formavam como pedagogos que poderiam atuar como técnicos em educação e, os que concluíssem a licenciatura, formavam-se como profissionais que lecionariam as matérias pedagógicas do Curso Normal, de nível secundário.

Ao final da década de 1950, o modelo universitário da década de trinta começou a ser questionado e entraram em pauta as discussões sobre a formação do magistério, a necessidade de uma lei de diretrizes e bases para a educação nacional e de uma reforma universitária (VIEIRA, 2008). Em 1946, como resultado do processo de redemocratização do país, uma nova Constituição foi promulgada, trazendo em um de seus artigos que a União tinha a competência de legislar sobre as diretrizes e bases da educação. “Em 1948 um anteprojeto para estas diretrizes foi enviado à Câmara Federal. Este anteprojeto suscitou muitos debates entre posições ideológicas antagônicas fazendo com que a Lei só fosse fixada em 1961” (SOKOLOWSKI, 2013). Desse modo, no ano de 1961, foi aprovado o Decreto-Lei n. 4.024 que definiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em decorrência, o Conselho Federal de Educação determinou “currículos mínimos” para vários cursos, dentre eles o de Pedagogia.

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, Lei nº4.024, emanam os pareceres do Conselho Federal de Educação de nº 251/62, que mantém o curso de bacharelado em Pedagogia, e o de nº 292/62, que regulamenta as licenciaturas. (SILVA, 1999, p. 14).

Com a aprovação do parecer CFE 251/62, foi estabelecido currículo mínimo para o curso bacharelado em Pedagogia, composto por sete disciplinas indicadas pelo CFE e mais duas escolhidas pela instituição. Essas matérias eram consideradas como caracterização para que fosse definida a especificidade do profissional. Entre as opções estavam biologia, história

da filosofia, estatística, métodos e técnicas da pesquisa pedagógica, cultura brasileira, higiene escolar, currículos e programas, técnicas audiovisuais da educação, teoria e prática da escola primária, teoria e prática da escola média e introdução à orientação educacional. A definição do currículo mínimo pretendia “definir a especificidade do bacharel em Pedagogia e visava manter uma unidade de conteúdo, aplicável como critério para transferências de alunos, em todo território nacional” (BRASIL, 2005).

Neste Parecer, o relator indicou a necessidade de o professor primário ser formado no ensino superior e, além de fixar o currículo mínimo, também estabeleceu nova duração para o curso de Pedagogia. Apesar da reformulação, o curso manteve sua dualidade bacharelado e licenciatura com o esquema 3+1.

A licenciatura foi regulamentada pelo Parecer CFE nº 292/1962 e previa o estudo de três disciplinas, Psicologia da Educação, Elementos de Administração Escolar e Didática e Prática de Ensino, esta em forma de Estágio Supervisionado. Apesar de nos termos do parecer constar a indicação para não haver ruptura de conteúdos e métodos como na estrutura curricular do esquema 3+1, a separação entre bacharelado e licenciatura permaneceu.

Em 1965, o Brasil foi marcado pela Ditadura Militar, nessa época, para garantir assistência técnica e cooperação à educação brasileira, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), estabeleceu convênios com a United States Agency for International Development (USAID). Os convênios MEC-USAID foram inseridos em um contexto histórico onde imperava o modelo de educação tecnicista, “nesse contexto, a ajuda externa para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional” (MINTO, 2012, p. 1). Os acordos impulsionaram mudanças em todas as modalidades de ensino, primeiro no ensino superior, por meio da Lei da Reforma Universitária nº 5.540/68, posteriormente os ensinos primário e médio foram modificados pela Lei nº 5.692/71.

Em 1968 o curso de Pedagogia deixou de fazer parte da Faculdade de Filosofia para integrar a Faculdade de Educação, trazendo mudanças significativas para o curso. A Lei da Reforma Universitária nº 5.540, trouxe mudanças para o curso no sentido que facultava à graduação em Pedagogia, a oferta de habilitações: Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional, assim como outras especialidades necessárias ao desenvolvimento nacional e as necessidades do mercado de trabalho.

Além disso, em decorrência da reforma universitária, foi aprovado o parecer CFE 252/69, que veio acompanhado da resolução CFE nº 2/69, instituindo novamente um currículo mínimo e outra duração para o curso. Estes documentos tratavam da organização e do funcionamento do curso de Pedagogia e apontavam como objetivo do curso preparar profissionais da educação assegurando possibilidade de obtenção do título de especialista, mediante complementação de estudos.

Sokolowski (2013) aponta que o Parecer do CFE aboliu a distinção entre bacharelado e licenciatura, determinando que além da formação dos especialistas em administração escolar, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão pedagógica, o curso de Pedagogia habilitaria para a docência nas disciplinas pedagógicas dos cursos de formação de professores. Ou seja, em qualquer uma das habilitações, os especialistas também seriam licenciados.

A resolução CFE nº 2/69 estabelecia que a formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção, fosse feita no curso de graduação em Pedagogia, de que resultava o grau de licenciado. Como licenciatura, permitia o registro para o exercício do magistério nos cursos normais, posteriormente denominados magistério de 2º grau e, sob o argumento de que “quem pode mais pode o menos” ou de que “quem prepara o professor primário tem condições de ser também professor primário”, permitia o magistério nos anos iniciais de escolarização (BRASIL, 2005). Foi a partir desta Resolução que começou a se pensar a graduação do curso de Pedagogia com o intuito de formar professores para atuar no então ensino primário, todavia, a identidade do pedagogo ainda não estava definida ao certo.

Não diferente dos outros anos, a década de 80 também teve fundamental importância para o curso de Pedagogia, visto que os movimentos de educadores se reestruturaram no país em busca de interesses pertinentes a formação do profissional da educação, refletindo a respeito do quadro da educação brasileira naquela época.

Vale ressaltar que o regime militar ainda estava em vigência no país, fase marcada por lutas a favor da democratização da sociedade. Nesse momento aconteceu o I Seminário de Educação Brasileira, na cidade de São Paulo, no ano de 1980, ocasião em que surgiram comitês pró-reformulação dos cursos de Pedagogia. Uma das entidades que foram formadas com o objetivo de estabelecer o estatuto epistemológico do curso de Pedagogia foi a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores em Belo

Horizonte, no ano de 1983 (CONARCFE), a qual deu origem à Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) em 1994, a qual existe até hoje.

Nos encontros e em outros eventos dos profissionais da educação, foram questionados e colocados em debate temas sobre a especificidade do currículo de Pedagogia e das Licenciaturas, a formação de especialistas não docentes, a formação de professores das séries iniciais do 1º grau em nível superior, a base comum nacional de formação dos educadores, entre outros. Nesse sentido surgiram indagações sobre a identidade do pedagogo, sobre suas áreas de atuação e sobre suas atribuições. A ANFOPE defendia principalmente que todas as licenciaturas deveriam ter uma base comum, sendo a docência a base da identidade profissional de todo educador.

Alguns discordavam do rumo que o curso de Pedagogia estava tomando, a exemplo de Libâneo. Para Libâneo (1996) os documentos produzidos pela ANFOPE mantiveram o que dizia o Parecer 252/69, de não diferenciar a formação do professor e do especialista, tendendo a esvaziar o prescrito neste, quanto às habilitações do curso. Quanto a isso, Libâneo entendia que o curso de Pedagogia é uma licenciatura, contribuindo dessa forma para descaracterizar a formação do pedagogo *stricto sensu*. Além disso, Libâneo, assim como Pimenta (1999), mantinha posição contrária à base de formação docente de professores no curso de Pedagogia, segundo eles o processo iniciado na década de 1980 gerou uma descaracterização profissional do pedagogo como técnico em educação.

Seguindo as ideias dos movimentos, algumas Faculdades de Educação acabaram efetuando reformas curriculares, suspendendo ou suprimindo as habilitações convencionais (administração escolar, orientação educacional etc.), com o intuito de formar um novo professor, com capacitação inclusive para desenvolver atividades de supervisão, direção, administração etc., dessa forma centrando na formação do professor para as séries iniciais. Mas para Libâneo, as mudanças ainda eram insuficientes, visto que a identidade do curso ainda não tinha sido definida:

[...] Pode-se deduzir, entretanto, com base em alguns poucos estudos sobre inovações nas instituições e cursos de pedagogia, que o saldo dessas iniciativas é modesto, enquanto persistem problemas crônicos, tais como o interminável questionamento da identidade da pedagogia e as ambiguidades quanto à natureza do curso, sempre refletidos nos documentos legais. São, de fato, mais de 50 anos de controvérsias em torno da manutenção ou extinção do curso, da pertinência ou não de um campo de estudo próprio à pedagogia, da formação do professor primário em nível superior, da formação de especialista ou técnico em educação etc. (LIBÂNEO, 1996, p. 38/39)

Em busca deste tão almejado estatuto epistemológico para a Pedagogia, o movimento de educadores contou com adeptos de abordagens até contraditórias. Como resultado, foi obtida uma ampla concepção acerca do curso, de forma que a docência nas séries iniciais do ensino de 1º grau e também na pré-escola, passassem a ser a área de atuação do egresso do curso de Pedagogia, por excelência. (BRASIL, 2006, p. 4)

Na década de 1990 os debates acerca do curso continuaram, inclusive, com o surgimento de novos fatores que influenciaram os percursos do curso de Pedagogia. Nessa década o curso foi se constituindo como principal lócus da formação docente dos educadores para atuar na Educação Básica, especificamente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em 2006 surgiu uma nova fase para o curso com a resolução CNE nº 1 de 10/4/2006, que instituiu as diretrizes curriculares, trazendo novidades no que se refere à formação dos profissionais da educação.

1.3 As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia

Segundo o Parecer nº 5/2005, o caminho para se chegar às diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia se iniciou no ano de 2003, quando foi designado uma Comissão Bicameral, constituída por conselheiros da Câmara de Educação Superior e da Câmara de Educação Básica, para elaborar o documento, embora as discussões tenham começado bem antes dessa data.

Para realizar esse processo de definição, em primeiro momento, foram revistas as contribuições já apresentadas ao CNE por Associações acadêmico-científicas; comissões e grupos de estudos que tinham como objeto de investigação a Educação Básica e a formação de profissionais; por sindicatos e entidades estudantis que congregavam os que são partícipes diretos na implementação da política nacional de formação desses profissionais e de valorização do magistério; assim como individualmente, por estudantes e professores (BRASIL, 2005).

Essas contribuições tiveram início em 1998, quando se desencadeou em nível nacional o movimento de discussão a respeito das diretrizes para o curso de Pedagogia. Para o projeto

seguir adiante, foi necessário grande pressão de todos os segmentos da educação, tendo em vista que o curso normal superior havia sido criado recentemente pela LDB e o MEC cogitava criar diretrizes para este curso em detrimento das diretrizes para o curso de Pedagogia.

Nessa época, mais precisamente em 1999, a conselheira do CNE Eunice Durhan “pretendia eliminar a possibilidade de formação de docentes para as séries iniciais e educação infantil dos cursos de pedagogia” (BRZEZINSKI et al., 2006, p. 827), proposta que foi recusada durante o IV Seminário Nacional e o I Encontro Nacional dos Fóruns de Licenciaturas, ocorridos em novembro daquele ano.

Ainda no mesmo ano, a partir da LDB foi publicado um decreto (nº 3.276/99) estabelecendo que não seria o curso de Pedagogia, mas sim, exclusivamente o Curso Normal Superior que formaria os professores para as séries iniciais e para a educação infantil. Quem desejasse realizar formação nas áreas de gestão escolar, orientação educacional, orientação vocacional ou supervisão escolar, deveriam buscar a pós-graduação ou o curso de Pedagogia. Quanto aos institutos superiores, Saviani (2009) esclarece que:

O quadro de mobilização dos educadores alimentou a expectativa de que, findo o regime militar, o problema da formação docente no Brasil seria mais bem equacionado. Mas a nova LDB promulgada, após diversas vicissitudes, em 20 de dezembro de 1996, não correspondeu a essa expectativa. Introduzindo como alternativa aos cursos de pedagogia e licenciatura os institutos superiores de educação e as Escolas Normais Superiores, a LDB sinalizou para uma política educacional tendente a efetuar um nivelamento por baixo: os institutos superiores de educação emergem como instituições de nível superior de segunda categoria, provendo uma formação mais aligeirada, mais barata, por meio de cursos de curta duração (Saviani, 2008c, p. 218-221). A essas características não ficaram imunes as novas diretrizes curriculares do curso de Pedagogia homologadas em abril de 2006. (p. 148)

Para Brzezinsk (2006) o conteúdo do decreto se constituía uma afronta à autonomia acadêmica da Universidade por designar somente Cursos Normais Superiores à formação de professores para atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Todavia, após pressão das Universidades e entidades dos educadores, em 2000 foi publicado outro decreto substituindo o termo “exclusivamente” por “preferencialmente”, o que permitia que a formação de professores para este nível de ensino não fosse realizada unicamente nos Institutos.

Após a análise dos documentos apresentados, foi realizada uma audiência pública, momento importante para a definição do documento final, visto que a audiência pública é um espaço no qual as pessoas interessadas, no caso, os envolvidos diretamente com a educação,

pode defender seus interesses e expressar suas opiniões a respeito do tema posto em discussão. A partir desse movimento, percebeu-se a diversidade de posições em termos de princípios e formas de organização do curso entre os participantes.

Feito os aprofundamentos de estudos sobre as normas vigentes nas licenciaturas, uma primeira versão do documento foi apresentada à comunidade da área educacional para avaliações e críticas, de forma que para se chegar a um resultado final, foram consideradas as proposições formalizadas nos últimos 25 anos antes de sua elaboração, assim como a legislação vigente, como fica claro no Parecer CNE/CP nº 5/2006:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia resultam, pois, do determinado na legislação em vigor, assim como de um longo processo de consultas e de discussões, em que experiências e propostas inovadoras foram tencionadas, avaliações institucionais e de resultados acadêmicos da formação inicial e continuada de professores foram confrontadas com práticas docentes, possibilidades e carências verificadas nas instituições escolares. (BRASIL, 2006, p. 2)

Após todo esse processo, o documento resultou no Parecer CNE/CP nº 5/2005, seguido pela Resolução CNE/CP nº 1/2006, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. As diretrizes curriculares serviram de instrumento balizador para que as instituições reformulassem o currículo de seus cursos.

O Parecer contém 15 artigos e descreve em síntese o processo histórico do curso, assim como explicita sua finalidade, estabelece princípios sob os quais se fundamenta, apresenta os objetivos do curso, traça o perfil do egresso da graduação em Pedagogia, expõe a organização do curso no que se refere ao currículo, ao projeto pedagógico e a estrutura. Além disso, define a duração dos estudos, estabelecendo a definição da carga horária mínima e sua distribuição, e por fim, discorre sobre a implantação das Diretrizes Curriculares.

Com as novas diretrizes, abriu-se amplo horizonte para a formação e atuação profissional dos pedagogos, tendo a docência como base da formação. O termo docência utilizado pelo parecer não se limita ao ato de lecionar aulas, mas se refere ao trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não escolares:

Entende-se que a formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base. Nesta perspectiva, a docência é compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciaram

conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia. Desta forma, a docência, tanto em processos educativos escolares como não-escolares, não se confunde com a utilização de métodos e técnicas pretensamente pedagógicos, descolados de realidades históricas específicas. Constitui-se na confluência de conhecimentos oriundos de diferentes tradições culturais e das ciências, bem como de valores, posturas e atitudes éticas, de manifestações estéticas, lúdicas, laborais. (PARECER CNE/CP nº 05/2005, p. 7).

O texto do documento também prevê a atuação do pedagogo em áreas não escolares, ao asseverar que o exercício da profissão também se aplica a cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (DCN, 2006, p. 2).

Definida assim, a formação abrangerá, “integradamente à docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas.” (Parecer CNE/CP n. 05/2005).

No artigo 4º do Parecer já citado, são previstas as finalidades do curso, onde se observa mais uma vez a ampliação do espaço de atuação do profissional licenciado em pedagogia. No artigo também pode ser observado as finalidades do curso, trazendo em seus incisos as ações englobadas nas atividades docentes:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I – planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II – planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III – produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (DCN, 2006, p.3)

Dessa forma, entende-se que o lócus de atuação profissional do pedagogo está para além do ambiente escolar, sendo admitida sua atuação em ambientes e instituições que demandem o exercício de atividades que exijam conhecimentos pedagógicos, como o Ministério Público.

As entidades da área de educação - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da educação (ANFOPE), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e Fórum de Diretores das Faculdades/Centros de educação das Universidades Públicas Brasileiras FORUNDIR – tiveram papel importante no processo histórico de formação do curso de Pedagogia, inclusive no plano de fundo das Diretrizes Curriculares.

Sabemos que ao elaborar o documento, foram ouvidos atores sociais envolvidos com o campo educacional, entre eles, estão estas entidades, que por terem opiniões diversas e até mesmo contrárias, permearam as discussões com interpretações diferentes em relação ao curso de pedagogia, que juntamente com as disputas político-pedagógicas contribuíram para as várias identidades atribuídas ao curso ao longo dos anos. A questão mais pertinente e que foi, por vezes, objeto de conflitos entre as entidades foi a controvérsia existente entre licenciatura e bacharelado:

Essas identidades revelam, grosso modo, conflitos atinentes ao estatuto teórico e epistemológico da Pedagogia e do curso de Pedagogia, sobretudo no que se refere às concepções de licenciatura e bacharelado e seus desdobramentos na configuração curricular desse curso. Sem dúvida, as visões controvertidas a respeito dessas concepções têm predominado no debate e se manifestam mais claramente nas propostas que vinculam ou separam licenciatura e bacharelado, ora vistos como cursos distintos, ora como dimensões de uma estrutura única de curso. (BRZEZINSKI et al., 2006, p. 821)

Essas posições conflituosas a respeito das propostas de reformulações curriculares do curso de Pedagogia “se tornaram mais visíveis nas proposições de diretrizes curriculares emanadas das comissões de especialistas do curso de Pedagogia” (BRZEZINSKI et al., 2006, p. 821). Entretanto, estas entidades fizeram um pronunciamento conjunto, no qual se posicionaram favoravelmente às Diretrizes Curriculares. Dessa forma pontuaram que as diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia representou um avanço histórico no campo da formação de professores para a Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e

na formação de profissionais para as funções de planejamento, administração, supervisão, inspeção e orientação educacional.

Para as entidades, estes avanços se revelaram na medida em que:

- a) Definem de maneira inequívoca que o curso de Pedagogia, enquanto uma licenciatura, constitui-se no locus privilegiado, ainda que não exclusivo, para a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- b) Definem que essa formação para o exercício do magistério deve articular-se á formação para a produção do conhecimento em educação e para a gestão educacional, na perspectiva da gestão democrática. Rompe-se, dessa forma, com aqueles modelos fragmentados e aligeirados de formação dos profissionais da educação, fragilizados em torno de habilitações específicas e que dicotomizam a formação do bacharel e do licenciado.
- c) Reconhecem e consolidam a produção teórica dos últimos vinte anos no campo da formação de professores, que afirmam a urgência e apontam caminhos para o desenvolvimento de processos formativos que assegurem uma sólida formação teórica, interdisciplinar e que se sustente no trabalho coletivo.
- d) Consolidam a experiência histórica construída, principalmente ao longo dos últimos anos, nos Cursos de Pedagogia das Instituições Públicas de Ensino Superior, que em sua maioria desenvolvem processos formativos que articulam, na formação de professores para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a compreensão da educação e da escola em sua multidimensionalidade, na medida em que envolvem o estudo da escola e dos sistemas de ensino, sua organização, estrutura e funcionamento e a formação básica inicial para a pesquisa em educação. (BRASIL, 2006, p. 1361/1363)

Essas considerações formuladas pelas entidades educacionais demonstram que a instituição das Diretrizes Curriculares representou um progresso quanto à formação de professores, especialmente quanto a área de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, visto que este campo de atuação se encontrava fragilizado. Ainda assim, ao pontuar os avanços, não anulam a perspectiva de atuação em espaços não escolares, ao dizer que as Diretrizes avançaram no sentido em que “definiu que essa formação para o exercício do magistério deve articular-se à produção do conhecimento em educação e para a gestão educacional, na perspectiva da gestão democrática” (BRASIL, 2006, p. 1361).

Além disso, outras contribuições importantes foram apontadas pelas entidades:

- a) Vincula a formação para a gestão educacional á perspectiva da gestão democrática da educação, como estabelece o princípio expresso no inciso VII do artigo 3º dessa Lei.
- b) Exige que a formação a ser desenvolvida no Curso de Pedagogia assegure a preparação do professor para o desempenho das atribuições definidas nos artigos 13 e 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as quais

envolvem o desenvolvimento de aptidões que possibilitem aos docentes desempenhar, de maneira sólida e consciente, as funções concernentes à aprendizagem e recuperação dos alunos, às tarefas relativas à elaboração da proposta pedagógica da escola, à participação no planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional, à articulação da escola com as famílias e a comunidade e à participação nos conselhos escolares.

c) Nos termos do artigo 64 da LDB, reafirma que a formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental ocorrerá no Curso de Pedagogia, ao mesmo tempo em que mantém, ainda que de forma inadequada, a possibilidade dessa formação se desenvolver no Curso Normal Superior.

Ao longo de sua história, o curso de pedagogia teve relações estreitas com os processos educacionais que ocorriam em ambientes pertencentes à ação educacional, escolares ou não escolares, sobretudo na educação de crianças e na gestão educacional (BRASIL, 2006), o que se observa ainda nos dias de hoje, todavia, conforme observado no processo histórico do curso, nem sempre foi assim. Atuavam nessa área, não só os graduados em pedagogia, mas também os egressos de escolas normais, ou dos cursos de magistério de 2º grau, antes conhecidos como curso normal de nível secundário.

Após os avanços da legislação, principalmente com a LDB e as Diretrizes Curriculares, esse quadro foi se modificando, chegando aos dias atuais em que a Licenciatura em Pedagogia é o único meio para a formação de professores para atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, não existindo mais as escolas e cursos normais. Além disso, esses documentos trouxeram de forma clara que os egressos do curso de pedagogia são aptos também para atuarem em espaços não escolares.

1.4 O Curso de Pedagogia na Universidade de Brasília

A Faculdade de Educação foi idealizada a partir da orientação de Anísio Teixeira, educador que também participou da criação da Universidade de Brasília, planejando seu modelo pedagógico e também, foi reitor na época da criação da Faculdade de Educação. A Faculdade teve papel importante na história da Universidade de Brasília, visto que “ocupa os três primeiros prédios construídos no campus, FE-1, FE-3, FE-5, onde funcionaram os primeiros cursos, o auditório destinado às solenidades acadêmicas (Dois Candangos) e a própria Reitoria”, além disso, teve prestígio também no plano original da Universidade, principalmente por adotar uma concepção de educação que envolvia as tecnologias de comunicação e informação (BRASIL, FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNB, 2015).

O projeto original da Faculdade remete ao ano de 1962, época em que ainda vigorava nos cursos de pedagogia o esquema 3+1 e ainda permanecia a graduação direcionada a formar especialistas. Dessa forma, a Faculdade de Educação tinha como finalidade:

[...] formar os professores para a escola elementar e normal em três anos, após o curso introdutório; formar especialistas em administração, currículos e programas, estatística educacional e em testes de medidas educacionais; oferecer disciplinas pedagógicas aos bacharéis que desejassem cursar licenciatura para atuar no ensino médio; oferecer pós-graduação em Educação.(UnB, 2002, p. 4 apud BRZEZINSKI, 1997)

Não obstante, o curso de Pedagogia na Faculdade de Educação só começou a ser ofertado em 1966, por exigência dos cursos de Licenciaturas, sendo reconhecido por Lei em 1972. Como não poderia deixar de ser, o curso era ofertado por meio de habilitações, a saber: “Magistério das Matérias Pedagógicas de 2º grau, Supervisão Escolar; Orientação Educacional; Administração Escolar, Inspeção Escolar e, a partir de 1974, passou a oferecer a habilitação de Tecnologia Educacional” (BRASIL, 2012, p. 4). Tais habilitações perduraram por mais alguns anos, até se chegar a novas mudanças na legislação do âmbito educacional e a novas reformulações do currículo.

Segundo consta no Projeto Acadêmico, uma reforma curricular iniciou-se em 1997, com “inúmeros encontros nos quais as habilitações e áreas temáticas existentes na FE foram se apresentando, cada uma com sua dinâmica e história própria” (BRASIL, 2002, p. 4). A partir desse movimento, foi composto grupos de trabalho para pensar questões cruciais no desenrolar do curso de Pedagogia.

Alguns fatores influenciaram para que o curso sofresse uma nova reforma estrutural no currículo. Destaca-se o momento de mudanças que ocorria na educação em todo território brasileiro, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), que trouxe novas exigências no que se refere a formação de professores; as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, que já começavam a ser discutidas naquela época e as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação que tramitava no Congresso (BRASIL, 2002). Soma-se a isto, a implantação do curso noturno de Pedagogia, em 1994, com o currículo diferenciado do curso diurno. Assim, após análises, uma das percepções foi a de que “o primeiro aspecto a ser revisto seria a necessidade de passar a considerar a formação inicial num só curso, sem distinção entre turno diurno e noturno” (BRASIL, 2002, p. 6).

Não poderia deixar de mencionar as razões expostas pelo Professor Rogério Córdova (2009) quanto a reforma estrutural no currículo. Segundo ele, a mobilização para realizar uma reforma curricular seria para atender a uma determinação do Decanato de Graduação, mediatizada e referendada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) no sentido de atualizar os currículos. O problema é que essa atualização deveria consistir, basicamente, na supressão de disciplinas para torná-los mais ágeis, melhorar o fluxo, a fim de melhor figurar nos indicadores de desempenho com base no qual se compunham os orçamentos das Universidades no âmbito do Ministério da Educação. A proposta foi contestada pela Faculdade de Educação, que entendeu que alterar o currículo era algo a ser tratado com maior cuidado, se dispendo a rever o currículo com maior profundidade.

As discussões ora estabelecidas resultou no Projeto Acadêmico que entrou em vigor a partir do ano de 2002, sendo instituído como o documento orientador e balizador da trajetória acadêmica de todo discente do curso de Pedagogia. O documento deixou claro que o curso de Pedagogia na UnB considera a formação docente essencial para o pedagogo, mesmo que este não tenha destino profissional a atuação como professor. Ainda sobre a atuação do pedagogo em espaços não formais, o documento elucida que “o curso deve também formar um profissional qualificado para participar de projetos de formação em ambientes não escolares bem como assumir o exercício de atividades não docentes em instituições de ensino” (BRASIL, 2002, p. 5).

Um dos objetivos do Projeto Acadêmico (UnB, 2002) foi o de contribuir para que a Faculdade de Educação cumprisse sua missão de formar educadores capazes de intervir na realidade, através de uma atuação profissional crítica, contextualizada, criativa, ética, coerente e eficaz, buscando a plena realização pessoal e coletiva. Esta atuação deve estar comprometida com um projeto de sociedade autônoma, solidária e democrática. Seguindo esses princípios o curso estará comprometido com a Democracia, respeitando a diversidade de pensamentos e ações, o que acaba por proporcionar aprendizagens significativas e enriquecimento do próprio curso.

O currículo do curso de Pedagogia da UnB está alicerçado sobre alguns fundamentos:

- a) O currículo do Curso de Pedagogia será único para os turnos diurno e noturno;
- b) A duração do Curso será de 4 anos, podendo ser por tempo maior respeitando as condições de vida e de trabalho dos formandos e os imperativos sócio-institucionais;
- c) A formação docente constitui a base da formação profissional;

- d) A formação básica poderá ser complementada com uma área aprofundamento de escolha do formando;
- e) O egresso do Curso será pedagogo com registro de professor/educador habilitado a trabalhar em ambientes escolares e não escolares, admitindo perspectivas diferenciadas de inserção no mercado de trabalho;
- f) A alternância progressiva entre tempo na universidade e no mundo do trabalho deverá caracterizar o processo formativo;
- g) O início e o final do Curso representam momentos muito especiais no percurso acadêmico do futuro profissional e devem ser considerados com uma dinâmica própria;
- h) Os estágios supervisionados serão redimensionados pela realização de projetos variados ao longo do Curso, culminando com o trabalho final, percurso durante o qual está contemplada a prática de ensino prevista em lei;
- i) A formação inicial será complementada com um programa orgânico de formação continuada que ofereça alternativas institucionalizadas e permanentes de formação do profissional em exercício. (BRASIL, 2002, p. 13)

Com tais características, o graduando em pedagogia tem autonomia para escolher a área que tiver maior interesse, de modo a seguir o percurso mais significativo para sua formação acadêmica. Como o próprio Projeto Acadêmico define “o currículo é algo aberto e em movimento, que privilegia tanto o processo para definir diferentes percursos quanto os resultados a serem alcançados”, o que se concretiza na oferta de projetos. Com o fluxo curricular posto desta forma, o indivíduo que ingressa na graduação em pedagogia tem possibilidades de cursar tanto disciplinas na Faculdade de Educação, como em outras faculdades e departamentos da Universidade de Brasília, desde que se cumpra a quantidade mínima de créditos e que sejam cursadas as disciplinas pré-estabelecidas.

Segundo o Projeto Acadêmico o projeto de formação tem três pólos:

- 1) o pólo da práxis, com vivência da prática educativa na sua concretude, alimentada sobretudo pelos projetos; 2) o pólo da formação pedagógica, constituído pelos estudos de Linguagem, Matemática, Ciências Naturais e Ciências Sociais, bem como Arte-Educação, Organização do Trabalho Docente, Processo de Alfabetização e Processos de Administração da Educação, permitindo o exercício das funções docentes em início de escolarização de crianças, jovens e adultos; 3) o pólo das ciências da Educação, que oferecem os marcos teórico-conceituais mais amplos, indispensáveis para interpretação e a elucidação das práticas educativas (pedagógicas e/ou gerenciais). (BRASIL, 2002, p. 14)

Assim, o campo de projetos compreende o pólo da práxis, no qual os graduandos em pedagogia começam a se integrar desde o início do curso. Os projetos são na verdade “atividades orientadas, de observação, de regência, de investigação, de extensão, de busca bibliográfica, e tendo como referencial a vida concreta das organizações onde os fatos e as

situações educativas acontecem” (BRASIL, 2002, p.15) os quais são realizados em áreas escolares ou não. Esse modelo curricular permite que o aluno se aproxime da prática pedagógica, aprofundando e assimilando com o conhecimento teórico adquirido ao longo do curso. Há de se considerar que esse modelo incorporado ao curso, trata-se de um avanço curricular, visto que por muitos anos o curso de pedagogia sofreu muitas críticas a respeito de seu currículo que dicotomizava a teoria do campo prático.

Caracteriza a formação nos projetos:

- a) Os projetos articulam ensino/pesquisa/extensão;
- b) São desenvolvidos no âmbito das diferentes áreas temáticas, cada qual envolvendo uma equipe de professores;
- c) Vivenciados ao longo de oito semestres, culminam num Trabalho Final de Curso, podendo assumir diferentes linguagens, modalidades e formatos. (BRASIL, 2002, p. 16)

Assim constituído, o campo de projetos possibilita ao estudante de Pedagogia, flexibilidade no processo de formação e ainda acaba por romper com o modelo de currículos enrijecidos pela ausência da *práxis*. A proposição para cada etapa segundo o Projeto Acadêmico (BRASIL, 2002) consiste em:

O Projeto 1 consistirá na Orientação Acadêmica Individualizada, tendo por objetivo acolher os estudantes e inseri-los no contexto da Faculdade e da Universidade e, mais especificamente, na profissão de pedagogo, tendo, em seguida, um visão das diferentes possibilidades de engajamento acadêmico e temático.

Nos Projetos 2 e 3 os estudantes serão acolhidos em áreas temáticas, inserindo-se nos trabalhos e estudos de grupos, passando a vivenciar projetos específicos. É, pois, fundamental que as diferentes áreas se estruturam apropriadamente, de sorte que venham a poder, de forma o mais autônoma possível, encaminhar os estudantes nas atividades previstas, assegurando-lhes a oportunidade de obter os créditos previstos. Competirá a cada área definir a orientação acadêmica dos projetos em consonância com sua especificidade.

No Projeto 4 o estudante deve aprofundar-se ao máximo e encaminhar-se para o Projeto 5, que corresponde à elaboração do Trabalho Final de Curso. Ao nível quatro deverá ficar resguardado o tempo para o subprojeto individual do estudante, voltado para a prática docente. A orientação principal caberá à área temática onde vem trabalhando, podendo esta contar com o apoio de colegas de outra área com a qual o trabalho tenha afinidade.

No Projeto 5 o graduando em Pedagogia deverá dedicar-se sobretudo à elaboração do seu Trabalho Final. Será fundamental aqui, o contato estreito com o orientador. E, registre-se, este trabalho pode conter muito de um memorial no qual o graduando registre e analise seu próprio itinerário dentro a FE, refletindo sobre seu próprio processo formativo e delineando seu projeto profissional e dimensionando sua formação continuada.

Além dos Projetos e das disciplinas obrigatórias, são ofertadas na Faculdade de Educação e em outras Faculdades, Institutos e Departamentos da Universidade, disciplinas optativas, que se apresentam como possibilidade de complementar e agregar outros conhecimentos à formação. Dessa maneira os docentes da faculdade oferecem aos graduandos outras opções de estudos, podendo ser articulados com os projetos a partir dos desafios da prática educativa e pedagógica.

A Faculdade de Educação da Universidade de Brasília oferta ensino de graduação e de pós-graduação nas modalidades presenciais e à distância. O curso de Pedagogia, em ambas as modalidades se constitui como habilitação em licenciatura plena, possuindo como requisito para a formação mais de 3200 horas de carga horária, distribuídas em 214 créditos. Os créditos podem ser cumpridos por meio das disciplinas obrigatórias, optativas, projetos, módulo livre, ou ainda por meio dos estudos independentes.

A proposição do curso consiste em formar profissionais para o Magistério de Educação Infantil e Início de Escolarização para os diferentes sujeitos da aprendizagem no Ensino Fundamental e para a gestão do trabalho pedagógico em espaços escolares e não escolares (UnB), nesse sentido, observa-se que tal proposta vai ao encontro do que estabelece as diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia.

Não diferente, o currículo do curso se abstém daquela formação dicotomizada e reducionista ao contemplar a formação docente e a atuação do pedagogo em diferentes campos de aprendizagem: gestores da prática educativa em áreas hospitalares, escolas, empresas, movimentos sociais, organizações militares e planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas para a Educação Básica (BRASIL, 2015). Mais uma vez podemos vislumbrar a ampliação do campo de atuação do pedagogo e suas multifacetas, tendo em mente que o curso constantemente se modifica para atender as demandas da sociedade, para tal, “articula conhecimentos sociológico, políticos, antropológicos, ecológicos, psicológicos, filosóficos, artísticos, cultural e histórico” (BRASIL, 2015).

Em se falando de mercado de trabalho, é importante descortinar o *lôcus* profissional de atuação do indivíduo graduado em pedagogia. Por ser uma habilitação em licenciatura, muito se confunde a respeito da atuação do pedagogo, de forma que este é entendido como o profissional apto a trabalhar unicamente em espaços escolares. Entretanto, o endereço eletrônico da UnB contradiz este pensamento ao esclarecer que:

Engana-se quem acha que a atuação dos pedagogos resume-se a dar aulas para as séries iniciais dos ensinos infantil e fundamental. A base curricular da graduação prepara para a docência, mas esse profissional pode trabalhar em qualquer ambiente em que as relações humanas gerem processos pedagógicos exercendo atividades de planejamento, implementação e avaliação de programas e projetos educativos em diferentes espaços organizacionais educativos: no magistério, em cursos técnicos e de formação militar, em empresas e hospitais. Onde quer que atuem, os pedagogos são motivados pela perspectiva emancipatória da educação. (BRASIL, 2015)

O currículo do curso de pedagogia apresenta a seguinte estrutura:

Quadro 1 – Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia

Categoria de Disciplinas	Total
Teóricas	41
Práticas	05
Obrigatórias	32
Optativas	46
Metodologias de Ensino	18
Políticas e Gestão	05
Fundamentos Teóricos	22
Disciplinas Teóricas-Metodológicas Clássicas	05
Psicologia	08
Temáticas	05
Áreas fim: Professor Ed. Infantil e séries iniciais	11
Total	193

Fonte: Projeto Político Pedagógico (BRASIL, 2012, p.11)

Verifica-se então a partir da estrutura do currículo do curso de Pedagogia lacunas em relação à distribuição de disciplinas em cada subárea. Nota-se, por exemplo, que a carga de disciplinas teóricas é consideravelmente superior às disciplinas do campo prático. Quanto a isso, Córdova aponta em seus estudos que “a formação prática e para a prática, é uma reivindicação dos estudantes e costuma ser a parte frágil da formação pedagógica”

(CÓRDOVA, 2009, p. 5). Quando esta não acontece de forma substancial no processo formativo, o pedagogo chega despreparado à sala de aula e alheio à prática pedagógica. Além disso, “há áreas sobrecarregadas e outras defasadas, que não atendem às Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia” (BRASIL, 2012).

Por esses e outros motivos, dez anos depois de publicado o Projeto Acadêmico do curso de Pedagogia da UnB, a comunidade acadêmica percebeu a necessidade de uma nova reformulação do currículo, elaborando pela primeira vez na história do curso, seu Projeto Pedagógico do Curso/PPC. A fase de elaboração e construção do PPC contou com o envolvimento de toda a comunidade da Faculdade de Educação, de forma que a Comissão para elaborar a minuta do PPC teve a participação dos três segmentos: dos docentes, dos discentes e dos técnicos administrativos. Por trás desse engajamento, buscava-se a “construção de relações mais democráticas e coletivas, com o objetivo de efetivação da autonomia e da identidade da Faculdade de Educação” (BRASIL, 2013, p. 1)

A elaboração do PPC para a Faculdade de Educação é uma ação de extrema importância, visto que este é o documento responsável por nortear a organização de qualquer instituição de ensino. Além disso, o projeto político pedagógico “é um instrumento teórico-metodológico para intervenções e mudanças na realidade” (BRASIL, 2013, p. 2).

O plano de criação do PPC foi posto em prática em maio de 2011, quando ocorreu o I Encontro de Pedagogia da Faculdade de Educação, intitulado “Ressignificando o projeto acadêmico do curso de Pedagogia”. O encontro teve o objetivo de construir referências e metas para a atualização da Proposta Pedagógica da Faculdade de Educação a partir das problemáticas mais relevantes. Há outros objetivos apreendidos dessa discussão, como a “tentativa de dar resposta a insatisfação de docentes e discentes em relação ao atual currículo, pois mesmo com esse currículo diversificado, os professores e alunos da FE, não se sentem satisfeitos com a atual configuração curricular e nem acreditam na sua proposição” (VIEIRA et al, 2012 p. 1375). Para tal ação, foram compostos sete grupos de trabalho com diferentes temáticas.

A discussão, construção e aprofundamento do Projeto Pedagógico do Curso teve continuidade em abril de 2012, com novo encontro da comunidade para deliberar a respeito das questões levantadas no Relatório Síntese do Encontro de Pedagogia em 2011. Todo esse processo “foi e continua sendo um momento histórico de revisão do currículo de Pedagogia que vigora há mais de 15 anos, tanto em âmbito institucional como nacional” (VIEIRA et al,

2012, p. 1374). Em suma, compreende-se que o novo currículo “tem sido uma tentativa de se relacionar a teoria com a prática, da ação-reflexão-ação, do aprofundamento da epistemologia da educação a partir da prática, uma inserção ampla e aprofundada no fazer docente” (VIEIRA et al, 2012, p. 1374).

Algumas outras defasagens foram identificadas no Projeto Acadêmico. Conforme já foi exposto anteriormente, os projetos compõem um espaço fundamental no currículo do curso de pedagogia, principalmente por ter a proposição de articular teoria e prática no processo formativo. Entretanto, conforme entrevista realizada com um dos professores da Faculdade de Educação, a escolha do aluno pelos projetos acabam sendo induzidas pela disponibilidade de horário na grade horário do estudante. Isso porque não é possível que o aluno realize uma pré-matrícula do projeto junto com as outras disciplinas, o que é feito a posteriori junto ao professor. Dessa forma, “o aluno não escolhe o projeto, é o horário que sobrou que escolhe o projeto para o aluno”. Isto acaba deturpando a ideia original e a proposição dos projetos.

Além disso, segundo Maria Clarisse et al (2012), apesar da concepção de projetos estar embasada no conceito de práxis e na construção de um perfil profissional do pedagogo, os temas muito variados a partir do Projeto 3 podem possibilitar uma dispersão frente à proposta essencial do curso que é a de formar o pedagogo a partir da base docente. Dessa forma, para as autoras os projetos podem levar o aluno a buscar áreas correlatas à pedagogia como a sociologia e a psicologia. O curso deixaria, assim, de produzir pesquisas que tenham como foco a pedagogia, o fenômeno educativo em si e se diluiria em diferentes objetos epistemológicos, que poderiam negar a essência da própria Pedagogia. Mas essa dispersão só aconteceria de fato, se não houvesse reuniões de coordenação pedagógica entre os professores.

Já para outra professora, também da Faculdade de Educação, o currículo atual “atendeu a demanda de ampliar a concepção de Pedagogo da época em que foi construído e que tem sido bom no sentido de propiciar espaços de acolhimento e compreensão da trajetória pelos estudantes, proporcionar espaços de autonomia e inserção no trabalho a partir dos projetos (os que funcionam efetivamente), propiciar um equilíbrio entre as dimensões reflexivas e criativas do processo pedagógico e, acima de tudo, se constituir, em todos os seus momentos, como um espaço de construção democrática”(sic). Para a professora, o lado negativo do currículo está no fato de que ele “não desenvolveu plenamente os espaços de

orientação acadêmica dos estudantes para compreenderem as possibilidades de suas trajetórias, não conseguiu efetivar algumas das suas dimensões dado o afastamento entre a FE e a Secretaria de Educação do DF e outras porque nem todos os professores compreenderam ou concordaram com sua dinâmica de funcionamento”(sic).

Outro ponto desfavorecido no currículo vigente é o fato de disciplinas tão importantes para a formação do pedagogo serem ofertadas como optativas, como educação infantil e educação de jovens e adultos. Assim, é possível que um pedagogo chegue à sala de aula de certa forma despreparados para lidar com esse público específico. Entretanto, há professores na Faculdade de Educação que defendem a ideia de que todas as disciplinas deveriam ser optativas, de modo que o aluno seja protagonista de sua formação, mas o CEPE exigiu a distinção entre optativas e obrigatórias.

Quanto aos espaços não escolares, faz-se necessário matérias relacionadas à Pedagogia empresarial e projetos nessa área, visto que é crescente a demanda por profissionais formados em pedagogia para essa área de atuação e a ausência de disciplinas dessa área de conhecimento. Outra proposição, seria a criação de uma disciplina para abordar os diferentes espaços de atuação do pedagogo, de forma que contribuiria significativamente na escolha profissional dos estudantes de Pedagogia.

Após estudos, análises, discussões e aprofundamentos acerca do currículo do curso de pedagogia da Faculdade de Educação, e após identificar os problemas do currículo, algumas mudanças foram delineadas a fim de melhorá-lo, mas nem todas as mudanças foram positivas. Uma das proposições foi repensar os Projetos 3, 4 e 5 em vários aspectos e repensar os critérios da oferta (criação) destes. Assim, foram publicados dois documentos comunicando as alterações.

No Memorando n. 031/2014/FE, publicado em dezembro de 2014, a Câmara Setorial de Graduação fez saber que:

- a) Projeto 3 (fase 1, 2 e 3) e projeto 4 (fases 1 e 2) serão RESTRITAS aos alunos do curso de pedagogia.
- b) A partir de 2º semestre de 2015, o projeto 4 fase 2 (194760) terá como PRÉ-REQUISITO o projeto 4 fase 1 (194751).
- c) Só poderão ser matriculados no projeto 3 (fases 1, 2 e 3), no mínimo 5 e no máximo 25 estudantes do curso de Pedagogia. A matrícula será restrita aos alunos do curso de Pedagogia, salvo se o professor apresentar um projeto à Coordenação de Graduação justificando a matrícula de alunos de outros cursos dentro desse limite de vagas e não ultrapassando 50 % das vagas

oferecidas, garantindo um número mínimo de 50 % de vagas para estudantes do curso de Pedagogia.

d) A matrícula no projeto 3 (fase 1, 2 e 3) de alunos de outros cursos será realizada na coordenação de graduação após a aprovação dos coordenadores do curso.

Já no Memorando n. 027/2015/CG/FE a Câmara Setorial de Graduação deliberou que seja feita atualização na especificação geral do referido Projeto 4 fase 2 (194760) registrando Pré-Requisito.

No que diz respeito à restrição dos Projetos à alunos de outros cursos, vejo como um ponto desfavorável para o novo currículo, uma vez que a presença desses alunos enriquecem a disciplina com outros olhares e agrega novos conhecimentos aos pedagógicos. Além disso, com a presença de alunos de outros cursos, o Projeto acaba ganhando um caráter multidisciplinar, algo fundamental para que o pedagogo saiba lidar com os diferentes problemas cotidianos. Não tenho objeção quanto ao pré-requisito estabelecido para cursar o Projeto 4 fase 2, já que os mesmos tem uma ideia de continuidade. Quanto ao limite posto de 25 alunos para o Projeto 3, considero desnecessário, já que há professores que conseguem lidar com um número maior de estudantes no referido projeto.

Com o novo currículo, houve mudanças também em relação à instituição de disciplinas obrigatórias, antes consideradas optativas, como Educação Infantil, Currículo, Educação de Jovens e Adultos e Educação e Trabalho, e em relação a criação de novas disciplinas, como Infância, Criança e Educação, Introdução à Pedagogia, Educação, Comunicação e Tecnologias, entre outras. Assim, é possível perceber que a atualização do currículo está caminhando para o enriquecimento do mesmo, quando deveria ser o contrário.

O currículo é fundamental para nortear a prática pedagógica de qualquer instituição de ensino, por esse motivo a gestão deve estar sempre atenta às mudanças ocorridas na Legislação e as necessidades da comunidade Acadêmica, sendo atualizado constantemente. A presente reflexão não pretende abarcar toda a história da reformulação do currículo, visto que este está em constante processo de discussão e reformulação, mas sim resgatar seu processo histórico para entender sua atual composição.

CAPÍTULO 2: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Neste capítulo é tecida uma reflexão que é fruto das minhas experiências de estágio, entre elas a vivenciada na Promotoria de Justiça de Defesa de Educação (Proeduc). Durante a minha formação pedagógica no curso de Pedagogia, tive oportunidade de me adentrar em alguns estágios diferentes, nos quais pude perceber á minha ótica, a diversidade de atuação do profissional formado em pedagogia.

O primeiro realizei em uma escola de cunho particular, onde desenvolvi atividades voltadas para o público de educação infantil. Neste estágio exerci diversas atividades que demandavam conhecimentos pedagógicos, entre elas destaco as funções de auxiliar a professoras em sala de aula, analisar tarefas e exercícios dos alunos, acompanhar os alunos na entrada e saída das aulas, acompanhar os alunos nos momentos de lazer, auxiliar nas rotinas diárias da escola e fazer atendimento a alunos e professores.

Não satisfeita apenas com a experiência de trabalhar como o público infantil, comecei um estágio também em escola particular, mas com atividades direcionadas para o público do ensino fundamental anos finais e para o ensino médio. Além de lidar com um público diferente, a principal função destinada ao estagiário de pedagogia consistia em assessorar uma das orientadoras educacionais da escola. Dessa forma pude compreender uma outra vertente de formação do curso de Pedagogia, que é a Orientação Educacional.

O terceiro e último estágio foi realizado na Promotoria de Justiça de Defesa da Educação – PROEDUC, escolhido para reflexão por considerar ser o mais significativo em minha trajetória acadêmica, além de exemplificar uma experiência pedagógica para além dos muros escolares.

2.1 Espaços Não Formais: Possibilidades de Atuação do Pedagogo

O processo de aprendizagem se dá nos mais diversos lugares e ambientes, onde a presença do educador se faz indispensável. Assim sendo, a sociedade humana necessita de um profissional qualificado para lidar com a prática pedagógica em espaços escolares ou não.

Como vimos em seu histórico, o curso de pedagogia foi se modificando ao longo dos anos, de forma a atender às demandas da sociedade e as reivindicações dos movimentos de

educadores. Constatamos, a partir do advento das Diretrizes Curriculares, o curso se alinhando aos moldes atuais, consolidando a docência como base de formação profissional do pedagogo, mas também ampliando o campo de atuação deste profissional. Nesse sentido, “diferentes possibilidades de inserção no âmbito do trabalho pedagógico são vislumbradas, sucedendo várias reflexões e estudos no que se refere à formação e atuação do pedagogo no âmbito da educação formal e não formal” (AQUINO e SARAIVA, 2011, p.247). A respeito disso, Libâneo e Pimenta afirmam que:

A ampliação do campo educacional e, por consequência, da atuação pedagógica é uma realidade constatada por muitos autores. Já argumentamos anteriormente sobre a ideia de que a atividade pedagógica perpassa, hoje, toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas de educação informal e não formal. (LIBÂNEO e PIMENTA, 1999, p. 255).

Vemos isso se concretizando nos processos sociais contemporâneos, com a diversificação das atividades educativas e com a ampliação do conceito de educação, fatores que acabam levando à diversificação da ação pedagógica na sociedade. Portanto, podemos entender que a pedagogia não se refere apenas as práticas escolares, mas faz juz a uma gama de outras práticas presentes no meio social, como na mídia, nas empresas, nos hospitais, na esfera dos serviços públicos estatais, em organizações não governamentais, em unidades de internação socioeducativas, etc.

É possível afirmar que a humanidade vive em permanente processo de reflexão e aprendizado. Esse processo ocorre em todas as dimensões da vida, pois a aquisição e produção de conhecimento não acontecem somente nas escolas e instituições de ensino superior, mas nas moradias e locais de trabalho, nas cidades e no campo, nas famílias, nos movimento sociais, nas associações civis, nas organizações não governamentais e em todas as áreas de convivência humana (MEC, 2008). Assim, com a diversificação das demandas sócio relacionais, o número de pedagogos vem aumentando em espaços não formais.

Para melhor entender esse processo, cabe aqui discutir os conceitos de espaço de educação formal e não formal. Espaço formal diz respeito ao espaço escolar em toda a sua dimensão, relacionado diretamente às instituições de Educação Básica e Superior definidas de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Para Jacobucci (2008), apesar da definição de que espaço formal de educação é a escola, o espaço em si não remete à fundamentação teórica e características metodológicas que embasam um determinado tipo de

ensino. O espaço formal diz respeito apenas a um local onde a educação ali realizada é formalizada, garantida por lei e organizada de acordo com uma padronização nacional. Entretanto Gohn traz uma reflexão mais complexa acerca da educação formal:

Pensar a educação formal como um espaço potencial de atuação implica compreendê-la como uma ação planejada, organizada, sistematizada, que tem por objetivo promover o ensino, sendo fundamentada por um currículo que explicita um conjunto de princípios, ações e saberes que orientam a ação pedagógica. Esse tipo de educação pode ser entendido como aquele que está presente no ensino escolar institucionalizado, com conteúdos previamente delimitados. Na educação formal, os objetivos estão relacionados aos processos de ensino e aprendizagem normatizados e sistematizados, principalmente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (GOHN, 2010, p.18).

Já o termo espaço de educação não formal tem sido utilizado principalmente para descrever lugares diferentes da escola, onde é possível desenvolver atividades de cunho educativo. Além disso, a educação não formal pode ser compreendida “como uma atividade intencional, mas com baixa estruturação e sistematização, que implica relações pedagógicas sem formalidade” (AQUINO e SARAIVA, 2011, p. 252). Gohn afirma que educação não formal:

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. (GOHN, 2014, p. 40)

Tanto a educação ocorrida em espaços formais como em espaços não formais visam o processo formativo do ser humano em seu aspecto integral, dessa forma uma não substitui a outra. São diversas as possibilidades de atuação do pedagogo, segundo Libâneo (2001) este profissional pode ocupar vários espaços como hospitais, ONGs, empresas, museus, meios de comunicação, projetos sociais, entre outros, onde sejam previstos os conhecimentos pedagógicos. Vemos dessa forma a ação pedagógica extrapolando o âmbito escolar formal e abrangendo esferas mais amplas da educação. A seguir, um quadro onde são evidenciadas algumas das possibilidades de atuação do pedagogo, bem como suas respectivas ações e objetivos:

Quadro 2 – Objetivos e Ações Desenvolvidas nos Espaços de Formação e Atuação do(a) pedagogo(a)

Espaços de Formação e Atuação do Pedagogo	Ações Desenvolvidas	Objetivos
Escola	Participação na organização e gestão da escola, através de atividades que englobam a seleção e organização dos conteúdos, das formas de estimulação e motivação, do espaço físico e ambiental, dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, reduzindo as dificuldades de aprendizagem.	Favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos em seu aspecto social e cognitivo. Coordenar, implantar e implementar no estabelecimento de ensino, as diretrizes definidas no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar; auxiliar o corpo docente, gerenciar e supervisionar o sistema de ensino favorecendo a melhoria da aprendizagem dentro da escola de forma integral.
Instituição Hospitalar	Através de uma triagem sobre a situação do paciente, o pedagogo por meio de ações e intervenções busca desenvolver atividades lúdicas e recreativas que ajudem a criança hospitalizada a construir um percurso cognitivo, emocional e social para manter uma ligação com a vida familiar e a realidade no hospital.	Favorecer o processo de socialização da criança; dar continuidade aos estudos daquelas que se encontram afastadas da escola; oferecer atendimento emocional e humanístico para a criança e para o familiar que o acompanha, a fim de ajudá-los no processo de adaptação ao ambiente hospitalar e motivá-los no processo de recuperação do paciente.
Meios de Comunicação	Assessorar na difusão cultural e na comunicação de massa.	Elaborar estratégias, atividades e instrumentos que permitam o aprendizado através dos meios de comunicação.
Sindicatos	Atuar fazendo o planejamento, coordenação e execução de projetos de educação formal de qualificação e requalificação.	Qualificar e requalificar o trabalho, habilidades e competências dos seus associados no mercado de trabalho.
Turismo	Desenvolver atividades educativas que visem ao conhecimento de uma localidade, acompanhada de sua história e cultura.	Contribuir no aprendizado sobre o multiculturalismo, valorizando as diversidades culturais e favorecendo a construção de uma consciência de preservação ecológica.
Museu	Desenvolver atividades educativas dentro desse espaço, juntamente com uma equipe interdisciplinar.	Proporcionar aos visitantes a compreensão da importância da memória cultural e da sua relação com a atualidade.

Fonte: Adaptado de: Castanho *et al.* (2004), Fireman (2006), Jacobucci (2008), Libâneo (1999), Matos (2007) e Sá (2000) apud Aquino e Saraiva (2011).

O Quadro 2 aborda algumas das possibilidades de inserção profissional do pedagogo, onde observa-se através das ações em cada ambiente a importância da atuação do pedagogo,

ao planejar e executar atividades de cunho pedagógico em outros universos, que não os escolares. Contudo, os espaços de atuação do pedagogo não se esgotam aqui, cada vez mais a pedagogia vem ganhando espaço nas mais diversas esferas sociais.

Entretanto, a “Pedagogia como campo de estudos específicos vive, hoje, no Brasil, um grande paradoxo” (LIBÂNEO, 2001, p. 3), por um lado vê-se esta constante expansão da atuação pedagógica, com a Pedagogia perpassando por vários campos da sociedade, mas por outro, na Pedagogia ocorre um declínio na estima dos próprios profissionais da educação, principalmente por considerarem haver ainda a desvalorização da profissão.

O desprestígio que gira em torno da profissão e a falta de conhecimento em relação às possibilidade de atuação do pedagogo, acabam por afastar o desejo de novos ingressantes ao curso. Para resolver este impasse, é necessário que sejam orientados tantos os graduandos, quando aos que almejam ingressar no Ensino Superior. O Plano Nacional de Educação traçou em uma de suas metas o objetivo de valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente. Esta é uma das lutas do profissionais da educação que perdura por anos e será muito positivo tanto para os professores quanto para os estudantes de graduação a efetiva implementação desta meta.

2.2 Reflexões Sobre a Importância do Pedagogo para a PROEDUC¹

A Promotoria de Justiça de Defesa de Educação (PROEDUC) refere-se a um órgão pertencente ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O MPDFT apresenta como principal objetivo a promoção da justiça, da democracia, da cidadania e da dignidade humana, tendo sua atuação voltada para transformar em realidade os direitos da sociedade. Um dos principais papéis das Promotorias de Justiça é participar da fiscalização das leis e da defesa dos interesses da sociedade, por meio de projetos e ações não só de natureza judicial, mas também administrativa.

Portanto, faz parte das características das promotorias atuar em defesa da sociedade, e, por esse motivo, os Promotores não deve intervir em defesa de interesses individuais, exceto

¹ As informações aqui expostas foram baseadas no conteúdo do endereço eletrônico do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

nos casos em que estes interesses, embora particulares, mereçam a proteção pública. As Promotorias são descentralizadas de modo a ficarem mais perto dos cidadãos, estando presentes nas cidades de Brazlândia, Ceilândia, Gama, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga,

As Promotorias de Justiça são as portas de acesso dos cidadãos ao Ministério Público para resolverem problemas em diversas áreas jurídicas, como infância e juventude, consumidor, crime, saúde, entorpecentes, família, meio ambiente, patrimônio público e educação, esta última, por meio da Proeduc.

A Promotoria de Justiça de Defesa da Educação nasceu com o intuito de tutelar o direito a educação, em sua concepção mais ampla. Além de defender a correta aplicação das extensas legislações federal e distrital do âmbito educacional, a Proeduc procura assegurar o acesso à educação básica bem como sua regular manutenção e qualidade.

Os trabalhos da PROEDUC desenvolvem-se tanto em atuação pontual, quando se constata irregularidades ou lesões a direitos, quanto em nível mais amplo, mediante diálogos com a sociedade civil, reuniões diversas, expedição de recomendações a entes públicos e outros. A atuação da PROEDUC restringe-se, todavia, à educação básica, que abrange os ensinos fundamental e médio, incluindo as modalidades Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial.

A PROEDUC funcionou durante dozes anos sem nenhum pedagogo lotado em seu quadro funcional, havendo apenas membros, servidores e estagiários com formação em Direito ou com formação em Ensino Médio, mesmo sendo uma Especializada em Educação. A primeira estagiária e o primeiro servidor da área de pedagogia iniciaram suas atividades somente em 2013, em vista da grande demanda de trabalho pedagógico na Promotoria. Libâneo preveu em seus estudos a necessidade de trabalho pedagógico em órgãos públicos, ao apontar as seguintes possibilidades de atuação do pedagogo em espaços extraescolar:

[...]formadores animadores instrutores, organizadores, técnicos, consultores, orientadores, que desenvolvem atividades pedagógicas (não escolares) em órgãos públicos, privados e públicos não estatais, ligadas às empresas, à cultura, aos serviços de saúde alimentação, promoção social, etc.; b) formadores ocasionais que ocupam parte de seu tempo em atividades pedagógicas e, órgãos públicos estatais e não estatais e empresas referentes à transmissão de saberes e técnicas ligados a outra atividade profissional especializada. Trata-se, por exemplo, de engenheiros, supervisores de trabalho, técnicos etc., que

dedicam boa parte de seu tempo a supervisionar ou ensinar trabalhadores no local de trabalho, orientar estagiários, etc. (LIBÂNEO, 2010, p. 58-59)

A atuação da Promotoria de Educação está estreitamente ligada à defesa dos direitos do cidadão no que se refere à educação, assim, ao verificar que este direito foi violado, o cidadão poderá formular uma representação (reclamação), mediante comparecimento à Proeduc ou via email institucional. Algumas das atuações mais recorrentes na Proeduc, diz respeito à ausência de professores sem a devida substituição por outro profissional, a garantia de atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais (turma reduzida, monitor, sala de recursos, material adaptado, acessibilidade nas escolas), a fiscalização das condições físicas das estruturas das escolas, objetivando garantir um ambiente saudável e seguro aos discentes, a garantia de acesso à educação aos alunos em cumprimento de medidas socioeducativas de internação, semiliberdade e liberdade assistida e outras questões educacionais de âmbito coletivo.

A atividade do estagiário de Pedagogia perpassa todas essas questões ao analisar procedimentos administrativos, ao emitir certidões, ao realizar atendimento ao público e proceder pesquisas no âmbito educacional. Entretanto, de todos os assuntos pontuados, a maior demanda apresentada ao estagiário de Pedagogia se refere, sobretudo à garantia do atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, por entender que o profissional da área de Pedagogia tem aportes teóricos e práticos para lidar com esse tema.

Nesse sentido, o currículo do curso de Pedagogia da UnB, me preparou ao ofertar disciplinas obrigatórias e optativas referentes à educação especial, como Aprendizagem e Desenvolvimento do PNEE, O Educando com Necessidades Educacionais Especiais e Escolarização de Surdos – LIBRAS. Nestas disciplinas pude compreender melhor os desafios enfrentados pela educação especial, ter conhecimentos teóricos para lidar com essas questões cotidianamente no estágio e ter fundamentos para subsidiar a minha prática.

Entretanto, apesar de ser ofertado no currículo disciplinas como Organização da Educação Brasileira e Políticas Públicas, ao iniciar as atividades de estágio me senti despreparada ao ter que lidar com questões que exigiam conhecimento em torno da Legislação do âmbito Educacional. Por exemplo, em nenhuma disciplina obtive o conhecimento para compreender como funciona o sistema educacional do Distrito Federal, principalmente por meio da Estratégia de Matrículas, documento elaborado pela Secretaria de Educação que norteia e organiza todo o sistema de ensino da rede pública. Assim, percebi que

as disciplinas citadas oferecem uma visão macro da educação, o que é importante, mas não aborda com profundidade a organização da educação no Distrito Federal. Além disso, não é ofertado no currículo de pedagogia da UnB, disciplinas que tratam da educação em unidades de internação, assunto tão atual e relevante na sociedade, com o qual eu também tive que lidar na Promotoria.

É importante ressaltar que somente em 2013 a Pedagogia “entrou na PROEDUC”, mesmo sendo uma Especializada na área educacional. A necessidade de ter um profissional da área pedagógica foi percebida pelo próprio quadro funcional da Promotoria, ao ter que lidar com questões que extrapolavam o campo jurídico e exigia conhecimentos pertinentes à educação. Assim adveio a lotação dos profissionais da educação no quadro funcional da PROEDUC, sendo um estagiário de pedagogia e um analista de educação, a partir de então, foi possível ter um melhor aproveitamento do trabalho realizado na Promotoria. Estes profissionais organizam seminários, realizam vistorias em estabelecimentos escolares, participam de reuniões, procede a análise de casos a partir de uma ótica pedagógica, além de contribuírem na execução de ações de outros servidores, esclarecendo conceitos pedagógicos, tirando dúvidas, realizando pesquisas, expondo opiniões em relação aos casos, etc. A partir de então, a imagem do pedagogo foi se tornando mais sólida e seu papel cada vez mais presente e fundamental na instituição.

Entretanto, mesmo com os avanços no trabalho pedagógico, vê-se que ainda há melhorias a serem feitas no que diz respeito à delimitação da atuação do pedagogo, ao menos no que diz respeito ao analista de educação falta definir de forma mais clara a função do pedagogo, visto que este acumula várias funções em seu trabalho. Assim, para que o trabalho do pedagogo tenha contornos mais claros e se desenvolva de modo mais aprimorado, faz-se necessário que seja realizada uma revisão do trabalho pedagógico desempenhado pelo profissional da educação, a fim de que suas ações sejam otimizadas.

Considerações Finais

Observamos neste trabalho o arcabouço teórico e legal balizador do curso de Pedagogia no Brasil e na Universidade de Brasília. Verificamos as transformações ocorridas no curso ao longo dos anos, as figuras que influenciaram nessas mudanças, as constantes buscas epistemológicas pela identidade da Pedagogia e a luta pela superação da dicotomia entre teoria e prática, que ainda assim, prevalece até os dias de hoje. Todas essas transformações foram importantes para a Pedagogia se constituir nos dias atuais como uma prática social que vem conquistando maior espaço na sociedade e ganhando maior notoriedade nos diversos campos de atuação.

Quanto ao curso de Pedagogia na UnB, percebemos que este tem se tornado um espaço cada vez maior de reflexão da própria prática, especialmente ao envolver toda a comunidade acadêmica nos debates acerca do novo currículo. Nesse sentido, é importante que além de promover espaços de reflexão, a Faculdade de Educação crie mecanismos para proporcionar uma formação mais completa, integral, crítica e autônoma aos seus educandos, contribuindo assim para o enriquecimento do próprio curso.

No que se refere à atuação do pedagogo em espaços não formais, observamos algumas das possibilidades de atuação deste profissional principalmente a partir do advento das Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia, que dispôs, dentre outras coisas, sobre o perfil do egresso do curso de pedagogia. Sobre esse tema, o documento estabeleceu que o egresso do curso de Pedagogia deve ser apto a exercer ações em ambientes tanto escolares quanto não escolares, dessa forma, assegurando a multifaceta da atuação pedagógica. É oportuno afirmar que neste estudo exploramos a atuação do pedagogo fora do universo escolar, contudo consideramos igualmente importante que a docência esteja presente na estrutura curricular do curso de Pedagogia, para que o pedagogo possa estar preparado para atuar em qualquer área que prevê a prática pedagógica.

Dentro do currículo do curso de Pedagogia na Universidade de Brasília, tive a oportunidade de realizar no Projeto 4 estágio tanto em espaço escolar, quanto em espaço não escolar, sendo que este último foi escolhido para reflexão por ser o de maior relevância em meio aos que foram realizados ao longo do período de formação. Sem dúvidas atuar na Promotoria de Justiça de Defesa da Educação se constituiu um espaço rico de aprendizagens

na medida em que novos conhecimentos foram agregados nesse período, especialmente no tocante a ampliação dos saberes acerca da Legislação que rege o sistema educacional, a maior percepção dos desafios enfrentados na Educação Especial e a compreensão dos trâmites engendrados nos processos decisórios da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Não seria possível ter contato com todas essas informações apenas no curso de Pedagogia, tendo em vista que são conhecimentos que extrapolam os muros da universidade.

Em uma instituição que deve articular conhecimentos jurídicos e pedagógicos, faz-se imprescindível a presença do pedagogo na execução de funções de natureza pedagógica, a fim de que se obtenha uma análise holística da realidade educacional. Posto isso, será possível que a Promotoria alcance êxito em todas as suas ações.

Ao debruçar-me nas leituras acerca da formação no curso de pedagogia, pude compreender o precípua da atuação pedagógica no bojo da sociedade contemporânea, que vem demandando cada vez mais a presença de um profissional graduado em pedagogia nas diferentes esferas sociais. Ainda, pude constatar que a presença de um pedagogo em espaços não escolares como a Proeduc, contribui significativamente no contexto das ações desempenhadas. Por fim, verifiquei que o currículo do curso de Pedagogia, em consonância com as Diretrizes Curriculares deve abarcar uma formação em que o aluno adquira aptidões, habilidades e competências para atuar em qualquer espaço que demande conhecimentos pedagógicos.

Parte III – Perspectiva de Atuação Profissional

Perspectiva de Atuação Profissional

Chego ao final do curso com a sensação de que mais uma etapa importante da minha vida foi concluída, tendo em mente o que sempre considerei importante em qualquer profissão: transformar realidades. No entanto, sei que o processo de formação nunca será finalizado, uma vez que é essencial a reciclagem dos conhecimentos, sendo renovados e inovados constantemente.

Sempre tive o desejo de devolver à sociedade, de alguma forma, os conhecimentos que tenho adquirido na Universidade e na vida. Pude sentir isso de certa forma ao realizar o estágio na Promotoria de Justiça de Defesa da Educação. Em cada contato telefônico em que tinha como resposta que o problema havia sido solucionado, ou mesmo naqueles em que o processo ainda estava em andamento mas as pessoas viam na PROEDUC uma última esperança para que os alunos tivessem uma educação de qualidade com todos os recursos necessários para isso, me ascendeu mais ainda esse anseio de realizar intervenções na sociedade para que realidades sejam transformadas.

Portanto, por meio dessa experiência e por meio de todos os conhecimentos adquiridos e compartilhados ao longo do curso, me sinto preparada para mais uma “aventura” profissional na área da educação. Percebi que ser uma educadora é um meio de realizar esse desejo, ao contribuir na formação de pequenos grandes cidadãos.

Bom, para isso, o próximo passo será estudar com mais afinco para ser bem sucedida em um concurso público da Secretaria de Educação do Distrito Federal e ser uma futura pedagoga na rede pública de ensino. Assim, terei a plena convicção de que ao assumir uma profissão de tamanha responsabilidade terei a oportunidade de mudar para melhor a vida dos futuros alunos e a minha própria vida, através de transformações sociais.

Referências

_____. **15 Anos de Movimento. A Trajetória da ANFOPE.** 1998. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/grupos/formac/docanfope/cap1.html>> Acesso em: Outubro de 2015.

_____. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/graduacao/presencial/historico>>. Acesso em Outubro de 2015.

_____. **Pedagogia.** Disponível em: <http://www.unb.br/aluno_de_graduacao/cursos/pedagogia> Acesso em outubro de 2015

_____. **Promotoria de Justiça de Defesa da Educação.** Disponível em: <<http://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdf-t-menu/promotorias-justica-menu/promotoria-de-justia-de-defesa-da-educacao-proeduc-mainmenu-96>> Acesso em: Novembro de 2015.

_____. **Pronunciamento Conjunto das Entidades da Área da Educação em Relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1361-1363, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a14v2797.pdf>> Acesso em: novembro de 2015

AQUINO, Soraia Lourenço de; SARAIVA, Ana Claudia Lopes Chequer. **O pedagogo e seus espaços de atuação nas Representações Sociais de egressos do Curso de Pedagogia.** Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 246-268, jul/dez 2011.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** 2008. Brasília: Secretatia Especial dos Direitos Humanos, 2008. 76 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 5/2005.** Define as Diretrizes Nacionais Curriculares para o Curso de Pedagogia. 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1/2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia.

BRASIL. **Lei nº 5.540/1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, 1968.

BRASIL. **Lei nº 5.692/1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971.

BRASIL. **Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília – Faculdade de Educação**. Dezembro de 2002. Universidade de Brasília.

BRASIL. **Projeto Político Pedagógico da Faculdade de Educação (Versão Preliminar)**. Março de 2012. Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br>> Acesso em: outubro de 2015.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas: Papirus, 1996.

GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. **A pedagogia. Teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. v. 1.

GOHN, M. da G. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos**. Investigar em Educação - IIª Série, Número 1, São Paulo, 2014. Disponível em: < https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn_2014.pdf> Acesso em: Outubro de 2015.

JACOBUCCI, D. F. C. **Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica**. Revista Em Extensão, Uberlândia, v.7, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 1996. 208 p.

LIBÂNEO, J. C. Que destino os educadores darão à Pedagogia? In: PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia, Ciência da Educação?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 239-277, 1999.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf>>. Acesso em setembro de 2015.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Tradução Maria Luzia X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MINTO, L. W. **MEC-USAID**. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid.htm>. Acesso em: setembro de 2015. Verbetes no glossário do link *Navegando* no acervo do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” da Faculdade de Educação da UNICAMP.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de Professores: Aspectos Históricos e Teóricos do Problema no Contexto Brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, v. 4, n. 40. Campinas, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>> Acesso em: Outubro de 2015.

SCHEIBE, Leda. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia: Trajetória Longa e Inconclusa**. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/04.pdf>> Acesso em: Setembro de 2015.

SILVA, C. S. B. **Curso de Pedagogia no Brasil: História e Identidade**. São Paulo: Editores Associados, 1999. 152 p.

SILVA, E. M. A.; ARAÚJO, C. M. **Reflexão em Paulo Freire: Uma Contribuição para a Formação Continuada de Professores**. V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife, 2005. Disponível:<http://189.28.128.100/nutricao/docs/Enpacs/pesquisaArtigos/reflexao_em_paulo_freire_2005.pdf>. Acesso em agosto de 2015.

SOKOLOWSKI, Maria Tereza. **História do Curso de Pedagogia no Brasil**. Comunicações, Piracicaba. 2013. p. 81-97.

VIEIRA, M. C.; Souza, M. E. G.; Silva D. M. P. **Repensando a Formação do Pedagogo: A Experiência do Currículo da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília no Prodocência**. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil. João Pessoa, 2012. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.42.pdf>

Acesso em: Novembro de 2015.

VIEIRA, Suzane da Rocha. **A Trajetória do Curso de Pedagogia – de 1939 a 2006**. 1º Simpósio Nacional de Educação XX Semana da Pedagogia. Paraná, 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2013.pdf>>

Acesso em: Setembro de 2015.